

Transcrição da 424ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

1
2
3 **00:02:30 Anselmo Guimarães (Sec. Executivo):** Bom dia senhora presidente, conselheiros e
4 conselheiras, demais amigos que nos acompanham pela internet. Verificado aqui o quórum presencial
5 e também no formato virtual, a mesa declara abertos os trabalhos da 424ª Reunião Ordinária do
6 Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos os
7 senhores. Informo que a presente reunião está sendo transmitida ao vivo no *YouTube*, na página
8 “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor
9 Paulo Nogueira Neto, também por meio virtual, através de videoconferência pela plataforma
10 *Microsoft Teams*. Nós temos aqui diversos conselheiros que nos acompanham, saúdo eles aqui de
11 forma remota. Queria agradecer a presença também dos municípios que sempre nos acompanham
12 pela transmissão no *YouTube* e, dito isso, já feita a saudação inicial, gostaria então já de passarmos
13 ao expediente preliminar. Nós passamos então a aprovação da ata referente a 423ª Reunião Ordinária
14 do Plenário, foi distribuída com oito dias de antecedência, como permite o Regimento Interno, aos
15 senhores conselheiros e conselheiras, razão pela qual peço ao plenário que se dispense a leitura. Fica,
16 portanto, considerada aprovada pela mesa diretora. Nós passamos agora às comunicações da
17 presidência e da secretaria executiva do CONSEMA, então agora, com a palavra, a senhora presidente
18 do CONSEMA, secretária Natalia Resende, para suas comunicações e informes. Muito bom dia
19 secretária, muito obrigado pela presença.
20

21 **00:04:09 Natalia Resende (Presidente):** Bom dia. Prazer todo meu, uma satisfação enorme estar
22 aqui novamente nessa nossa reunião tão importante, num dia que é o Dia do Manguezal. É importante
23 a gente ressaltar aqui, o ecossistema é indispensável para o nosso planeta, então é importante para o
24 sequestro de carbono e outros demais elementos que a gente estuda, tenta ressaltar muito aqui nos
25 nossos planos também. Fazendo os informes, começar com o Mar Sem Lixo, um programa também
26 que é muito importante que a gente tem sempre conversando para a gente dar escala, ver como é que
27 a gente consegue melhorar. Então, ele estipula a remuneração por meio de cartão alimentação, com
28 valores até 600 reais destinados aos pescadores que operam nos municípios de Cananéia, Itanhaém e
29 Ubatuba. E nesses primeiros oito meses de implementação do PSA Mar Sem Lixo, 73 pescadores
30 recolheram mais de duas toneladas de lixo marinho, também está lá no nosso Plano de Meio
31 Ambiente, que o Jonatas falou um pouquinho na reunião passada e que a gente sempre quer trazer
32 aqui também para o CONSEMA para a gente ir detalhando sempre em conjunto com vocês os nossos
33 eixos, pilares. Os nossos parques estaduais também, que a gente tenta cada vez mais melhorar,
34 aprimorar os equipamentos, a prestação de serviços para os usuários, opção de lazer e cultura na
35 capital e cidades vizinhas. A gente oferece uma programação especial com atividades culturais e de
36 lazer aqui na capital e também nas cidades vizinhas. Aberto todos os dias, as unidades dispõem de
37 equipamentos para práticas recreativas e esportivas, áreas de convivência, paisagens sempre muito
38 bonitas e que a gente está tentando, junto com a nossa Coordenadoria aqui, melhorar, e também está
39 lá dentro do nosso plano. A gente, em conjunto com a Cetesb também, a gente falou muito com o
40 pessoal da comitiva da Suíça, e a Câmara aderiu o Acordo Ambiental São Paulo. Eles assinaram um
41 Termo de Adesão, e mais de 1.700 participantes já assumiram esse compromisso. Então a gente tem
42 os observadores, têm os participantes, e a gente está tentando cada vez mais que nós tenhamos
43 adesões e que a gente, além das adesões, que a gente cumpra os termos também, isso é importante.
44 A gente abriu também uma enquete para colocar o nome do filhote da onça pintada, que foi

45 identificada lá em Paranapiacaba, e é importante a gente colocar aqui que é muito além do que abrir
46 uma enquete para o nome, é muito mais do que uma questão de marketing, não é isso, a intenção da
47 Secretaria é sempre a gente tentar aproximar essas ações de Educação Ambiental, de valorização, de
48 olhar espécies ameaçadas junto com a sociedade. Então as pessoas precisam se engajar mais. É uma
49 forma que a gente encontra, dentre várias outras, para conseguir trazer as pessoas e para a gente
50 conseguir também colocar esse olhar para todo mundo entender a importância de espécies ameaçadas,
51 o quanto que a gente precisa sempre andar nesse caminho da preservação. E aí já saiu o resultado que
52 foi Barti, o nome da nossa nova oncinha. Bom, o período de férias amplia o risco das aves por conta
53 de ferimentos provocados por linhas de pipas. A gente tem tentado fazer um trabalho muito forte aqui
54 de comunicação para as pessoas entenderem também, muitas vezes não tem uma consciência tão
55 grande em determinadas ações e a gente precisa explicar, falar o quão é importante as pessoas terem
56 esse cuidado, verem a questão de pipa para a gente reduzir esses acidentes, e aí é importante ressaltar
57 o trabalho maravilhoso que o pessoal da nossa equipe de fauna faz também, implante de penas, todo
58 uma técnica envolvida que tenta recuperar e colocar novamente essas aves no ambiente natural delas.
59 A gente fez um anúncio também muito importante, que vai muito em linha do que foi apresentado
60 aqui para vocês do nosso plano, que vai ser também um pouco falado aqui hoje em relação a
61 restauração. Então a gente tem eixos lá que a gente tem comentado, tem falado muito. Um deles, em
62 conjunto com a AstraZeneca, a gente fez um anúncio do plantio de 12 milhões de árvores, isso,
63 investimento privado, 350 milhões para a gente conseguir fazer recuperação de 6 mil hectares no
64 Pontal do Paranapanema, investimento privado, de novo, mas é importante a gente ressaltar que sendo
65 privado ou público o objetivo nosso é o de restauração. Então a gente tem a nossa meta de 37,5 mil
66 hectares, como a gente falou aqui, e para isso a gente precisa de todo o apoio e a gente tem tentado
67 trazer mais empresas para conseguir fazer isso. A gente inaugurou também o consultório veterinário
68 em Pederneiras, isso faz parte também do nosso eixo de fauna doméstica, do nosso plano de meio
69 ambiente, saúde e bem-estar animal. É um plantio compensatório nessa linha do que eu estou falando,
70 a gente tenta sempre impulsionar a regeneração, multiplicação de florestas em todo o estado. A gente
71 tem discutido também a questão da interdição do parque Bruno Covas, que a gente sabe da
72 importância para os ciclistas, a gente sabe o quão é importante ter essa interação com a sociedade, os
73 parques e a gente tem que ver a questão de segurança sempre, seja para a gente, seja para os ciclistas,
74 seja para a sociedade. Então a gente sempre precisa pensar nisso, o que é melhor para todos, o que o
75 estado tem que prover em questão de segurança. Então é uma conversa que a gente tem sempre tido
76 de uma forma muito próxima para a gente ver como é que a gente consegue unir lazer e segurança.
77 A gente fez o workshop para impulsionar a formulação estratégica do nosso Plano de Energia, um
78 dos nossos workshops que estão previstos lá, que a gente colocou até o fim do ano. Final do ano a
79 gente vai colocar o próprio Plano mesmo em consulta pública para receber, mas nestes meios termos
80 a gente vem também já fazendo workshops para poder ouvir, para poder já incorporar em sites da
81 sociedade, dos vários plays aí, para a gente conseguir fazer o nosso Plano de Energia muito focado
82 em transição energética, em descarbonização até 2050. E aí a gente viu também muitas questões
83 climáticas, projeções energéticas, isso a gente discutiu nesse terceiro workshop, capitaneado pela
84 nossa Subsecretaria de Energia e Mineração, com a participação aqui também da nossa Subsecretaria
85 de Meio Ambiente de uma forma muito integrada, que é o que a gente tem tentado fazer aqui na
86 Secretaria. Na parte de logística, o DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São
87 Paulo) iniciou a Operação Inverno. Investiu também 600 milhões em recuperação de 728,3 km, e isso
88 é importante para a segurança também dos usuários, a gente sempre tem que colocar isso, segurança,

89 sinalização, melhoria, redução de custos logísticos. Quando a gente fala de redução de custos
90 logísticos, a gente fala redução de emissão de gases de efeito estufa também, então tudo anda muito
91 em conjunto, inclusive no nosso PPA, na parte de logística, a gente tem colocado ações ambientais
92 também, de melhorias, de olhar para a fauna, tudo da mesma forma que a gente sempre tem falado
93 aqui. Também a gente iniciou obras de modernização em mais uma ponte sobre o Rio Paranapanema.
94 A passagem de ciclone pelo litoral, a gente também emitiu alertas para a gente ficar sempre com o
95 cuidado que a gente precisa ter nessas áreas. Na parte de recursos hídricos e saneamento, na semana
96 passada a gente lançou um programa que a gente acredita muito em relação ao saneamento. A gente
97 tem hoje no estado de São Paulo 149 municípios que não atingiram a universalização em água, 226
98 sem universalização em coleta e tratamento de esgoto, 250 prestam serviço autonomamente, e a gente
99 viu, por estudos da própria Agência Nacional de Águas e Saneamento, que precisariam de 26 bilhões
100 para a gente conseguir universalização nesses municípios, e isso demorariam 30 anos. Então a gente
101 tem metas de 99% de acesso à água, 90% de esgoto, de tratamento e coleta de esgoto até 2033. Ou
102 seja, a gente não conseguiria alcançar essas metas, certamente. Então, qual que foi a ideia,
103 principalmente para os municípios não atendidos pela Sabesp? Lançar um programa, Universaliza
104 SP, que a gente está chamando aqui, para a gente promover assistência técnica para os municípios,
105 para a gente conseguir, em conjunto com recursos do estado, fazer PPPs, concessões, fazer uma
106 regionalização mais efetiva, então a gente precisa fazer uma regionalização mais efetiva no estado de
107 São Paulo, porque se a gente olhar os rurais (00:13:47) 2, 3 e 4, a gente teve nove adesões. Então, a
108 gente lançou esse programa muito para trazer os municípios, falar com os prefeitos, fazer a
109 modelagem em conjunto com eles para a gente conseguir melhorar esses índices de universalização,
110 fazer antecipação, trazer mais investimento por meio de escala, porque o curso d'água normalmente
111 não fica dentro de um município só, ele passa por vários, então a gente precisa olhar a bacia, precisa
112 olhar o meio ambiente como um todo e precisa promover estudos, assistência, apoio aos municípios
113 para a gente conseguir a universalização de saneamento, se não for assim, a gente não consegue
114 caminhar. E 114 prefeitos participaram do lançamento, foi bem interessante, 38 já aderiram, e a gente
115 está querendo cada vez mais levar, informar, explicar por que que é importante, por que que a gente
116 precisa olhar desde a construção até a operação e não só a “construçãozinha” de uma expansão, de
117 uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), que também é importante, mas precisa olhar a
118 operação. E é por meio de PPP, concessão, é por meio de uma regionalização efetiva que a gente
119 consegue fazer isso. Me ative um pouco nesse ponto aqui, só pela importância mesmo dele, do
120 programa e da participação do CONSEMA. Vou até propor aqui para, na nossa próxima reunião,
121 Anselmo, a gente colocar uma pauta do Universaliza. A gente pede para nossa Subsecretaria de
122 Saneamento Básico e Recursos Hídricos para a gente vir aqui, explicar, detalhar. Eu acho que é uma
123 boa, porque é um ambiente do CONSEMA que ajuda também nessa explanação, nesse entendimento
124 da importância da gente regionalizar de uma forma efetiva o saneamento. A gente foi também na
125 semana passada no Piscinão de Jaboticabal, que é muito importante aqui para a região, vai beneficiar
126 500 mil habitantes, para a questão de enchentes é muito relevante. Está prevista a conclusão das obras
127 no segundo semestre. E a gente tem que ir, tem que vistoriar, tem que ver qual é o problema, é
128 desapropriação, é área contaminada, enfim, então a gente está também lá junto com o DAEE olhando,
129 vistoriando. E na sexta-feira, em conjunto com o governador, a gente também foi em Caraguatatuba
130 e Ilhabela para iniciar obras da Sabesp, que totalizam 122 milhões, então, Caraguatatuba já é
131 universalizado em relação a marcos, mas que precisa expandir ainda, principalmente coleta e
132 tratamento de esgoto, e Ilhabela, que a gente pretende aumentar o índice de 61% para 70% nessa

133 busca pela universalização no estado de São Paulo. E aí a gente aproveitou também para inaugurar
134 uma balsa, maior balsa FB 25, com reforma que a gente fez no valor de 10 milhões para conseguir
135 melhorar a mobilidade também, que a gente sabe que a gente tem esse problema de travessias no
136 estado de São Paulo, a gente tem tentado melhorar também. E por fim, bom, fomos lá num programa
137 que foi feito de economia verde, da Comunitas, em conjunto com outros estados, para discutir como
138 é que a gente consegue estimular finanças verdes, descarbonização no Brasil e levar um pouco da
139 nossa experiência também, que muitas vezes a gente acha que o Brasil está aquém, mas não está não.
140 A gente está muito bem no cenário internacional e a gente precisa levar essas ações que a gente tem
141 feito de transição energética, do nosso Plano de Meio Ambiente, também para esses fóruns
142 internacionais. Apenas isso, né Anselmo. Eu falei muito no início, eu vou pedir mil desculpas que eu
143 vou ter que sair agora, mas para vocês não ficarem com saudades de mim eu já falei muito aqui, não
144 é Jonatas? Vou pedir para você conduzir aqui os trabalhos e, de novo, sempre é uma satisfação estar
145 aqui com vocês, tá? Vou ter que fugir um pouquinho, mas vou passar para você a palavra Jonatas,
146 obrigada.

147
148 **00:17:54 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, secretária, por ter vindo até aqui fazer a abertura
149 dos trabalhos. Hoje, quem vai conduzir é o presidente suplente, Jonatas Trindade, muito obrigado a
150 ambos. Nesse momento de comunicações, gostaria de convidar todos os conselheiros para um
151 informe da Fundação Florestal. Neste momento eles vão usar uma pequena exposição de slides aqui
152 para fazer uma breve exposição sobre a reestruturação da Fundação Florestal. Na verdade, seria um
153 chamamento, por isso que a gente colocou nessa parte de informes e comunicações. Então, eu gostaria
154 de abrir aqui a palavra ao Rodrigo Levkovicz, que é o diretor executivo da Fundação, para fazer a
155 introdução sobre isso.

156
157 **00:18:47 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todos. Bom dia, Anselmo, bom dia, Jonatas, Thomaz,
158 colegas. Como a gente trouxe na sessão passada do CONSEMA, nós estamos trabalhando uma
159 modernização da Fundação Florestal, só que nós entendemos que essa modernização tem que ser
160 feita de forma participativa, ouvindo a sociedade, ouvindo a academia, ouvindo a própria casa e
161 ouvindo os nossos gestores. Então a gente iniciou um trabalho interno de percepção, conduzido pela
162 FIA (Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo), que isso pode ser
163 apresentado, de como a Fundação e os seus gestores entendem que a gente tem que se estruturar para
164 o futuro, considerando os marcos internacionais da biodiversidade, das mudanças climáticas e de
165 tudo o que está acontecendo aqui, inteligência artificial, processos de gestão mais aprimorados, povos
166 originários e de comunidades tradicionais. Então, hoje é uma exposição de uma metodologia e um
167 convite aos conselheiros que quiserem participar ativamente disso, acompanharem isso, sugerirem o
168 que entendem que seja importante, a gente tem plena consciência de que nós estamos numa cadeira
169 com muita honra, mas a Fundação é uma instituição pública, e qualquer debate ele tem que ser feito
170 com a sociedade e com a academia. Então hoje é uma proposta de trabalho, sabendo que a gente já
171 fez uma parte interna que vai ser renovada, mas hoje a gente está trazendo para que os senhores e
172 senhoras possam analisar e tomar parte disso, porque eu acho que é bastante importante, então,
173 obrigado, vou passar para a FIA rapidamente.

174
175 **00:20:28 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Rodrigo. Lembro, não é um item de pauta, é mais um um
176 informe que será colocado aqui pelo pessoal da FIA. A gente pede, então, convida para eles

177 participarem direto no púlpito, obviamente poderá ser objeto de novas exposições aqui no
178 CONSEMA e debates, acho que é uma abertura, um chamamento, então convidamos aqui os
179 representantes da FIA, me falaram que é uma breve exposição, certo? Cinco, dez minutos, algo assim.
180 Obrigado.

181
182 **00:20:59 Adriano Ludovice (FIA):** Bom dia a todos e a todas. Quero me apresentar, me chamo
183 Adriano Ludovice, vamos fazer uma exposição bem breve aqui. Primeiramente agradecer a
184 oportunidade que o CONSEMA abriu para a gente falar rapidamente sobre o processo e também da
185 Fundação Florestal, de nos ter pedido esse apoio, que tem sido um processo muito interessante, muito
186 importante para a FIA também. Então aqui, rapidamente, falar um pouco do que o Rodrigo já trouxe,
187 né? A ideia é que, dentro desse desafio, foi que a gente conseguisse trazer à luz o que os países, o que
188 todos os organismos estão discutindo nesses marcos de acordos internacionais para dentro da
189 discussão de direcionalidade estratégica. A gente sabe que todo o processo de modernização a gente
190 tem que ter um objetivo, um encaminhamento e dentro disso, foi bem trazido pelo desafio da diretoria
191 executiva, essa questão dos marcos e acordos internacionais. Então a nossa ideia é que, ao fazer esse
192 apoio, com a direcionalidade estratégica, e trazer a Fundação Florestal para dentro da pauta
193 internacional, o que os outros países, o que o mundo está caminhando em direção às grandes metas
194 internacionais. Então, aqui, rapidamente, antes de passar aqui para o passo, o que a gente traz à luz
195 algum dos marcos e acordos internacionais que estamos levando em consideração, aqui é uma versão
196 bem resumida, de acordo com o que a gente vem discutindo, são vários acordos, mas a Década da
197 Restauração da ONU tem sido grande farol para o nosso processo, também com a Década da Ciência
198 Oceânica, o Refloresta São Paulo, que vem se desenvolvendo junto aqui com a SEMIL, o *Race to*
199 *Zero*, *Race to Resilience*, as metas que São Paulo já assinou por Decreto, se colocou dentro da pauta
200 do mundo, o acordo de Paris e as COPs, o desenvolvimento que vem acontecendo, o PAC também,
201 que foi desenvolvido junto com a SEMIL, a COP da Biodiversidade e a COP do Egito. Aqui eu vou
202 passar a palavra para nossa consultora Glória, que também está conduzindo esse processo para falar
203 um pouco do aspecto metodológico rapidamente com vocês, para vocês entenderem o que vem sendo
204 feito e para onde nós vamos caminhar.

205
206 **00:23:08 Glória Galves:** Bom dia para todos e todas. Eu sou Glória Galves, consultora da Fundação
207 Instituto de Administração da Universidade de São Paulo. E como já bem explicou o Adriano, o
208 objetivo do processo que estamos realizando na Fundação Florestal deste processo de modernização
209 organizacional, e para isso, como também falou o diretor executivo, estamos utilizando uma
210 metodologia de trabalho, uma estratégia metodológica. Nós iniciamos desde o ano passado, desde
211 julho de 2022, fazendo primeiro um diagnóstico sobre o direcionamento estratégico da Fundação
212 Florestal. Este foi um trabalho um pouco mais interno que fizemos com os funcionários da Fundação
213 Florestal e também teve alguns elementos com público externo, através de entrevista, onde inclusive
214 fizemos entrevistas com funcionários e diretivas da SEMIL. Fizemos também, enviamos
215 questionários aos gestores, entendendo um pouco o que acontece lá na Fundação Florestal, quais as
216 principais problemáticas, e oficinas regionais com os gestores, com as diretorias das Unidades de
217 Conservação e também com as diretorias da sede administrativa, em termos de entender os processos,
218 os gargalos dos processos organizacionais, isso nos permitiu fazer um diagnóstico geral da Fundação
219 Florestal. Seguido, em janeiro de 2023, a partir destes resultados, a inclusão dos estudos das
220 normativas que regem a Fundação Florestal, fizemos um direcionamento estratégico definindo as

221 diretrizes estratégicas preliminares e nossos objetivos estratégicos, e definimos a estratégia que
222 seguia para frente para este processo de modernização organizacional. Em março e maio iniciamos
223 com nossos encontros, fizemos em finais de março o Encontro de Oceanos, onde fizeram uma série
224 de palestras para apresentar quais são, digamos, dar como uma unificação nos conceitos, nos
225 funcionários, sobre o que está acontecendo no mundo e também no que está fazendo a própria
226 Fundação Florestal em termos de projetos estratégicos, como o PCA, por exemplo, e também se
227 discutiu temas como mudanças climáticas, biodiversidade, Refloresta. Bom, isso foi o Encontro de
228 Oceanos, e foi então centrado na parte de áreas costeiras e marinhas, com especialistas. Depois, em
229 maio, início de maio, fizemos o Encontro de Florestas, que também teve o mesmo objetivo, mas foi
230 mais focado nas temáticas de floresta, restauração e carbono, também com especialistas. E o
231 interessante desses dois encontros que fizemos oficinas com os funcionários para, a partir destas
232 palestras que foram dadas pelos especialistas, discutir qual deveria ser a estrutura, a possível
233 estruturação da Fundação Florestal à luz destes marcos e destes novos projetos. Julho e agosto,
234 estamos neste momento nestes processos, já, então, como vocês podem ver, março e maio foi mais
235 interno, com os funcionários, e já agora, em julho e agosto, estamos em um processo já de escutar
236 atores externos, e para isso estamos realizando também uma série de eventos, e aqui é importante
237 porque aqui entra o CONSEMA, estes eventos é para também escutar qual é a percepção que tem os
238 atores externos frente à qual deveria ser o direcionamento estratégico da Fundação Florestal. É para
239 isso já iniciamos entrevistas com empresários, com empresas, e também vamos fazer entrevistas com
240 ONGs. *Focus Group*, entendido como oficinas com um número pequeno de pessoas para que
241 discutam qual pode ser o direcionamento estratégico da Fundação Florestal, qual deve ser o caminho
242 que deve seguir. Vamos fazer dois *Focus Group*, um com ONGs que já enviamos o correio de convite,
243 imagino que alguns de vocês que estão aqui, e outro *Focus Group* que vai ser com comunidades
244 tradicionais. E por último, são dois eventos de palestras que iremos fazer com especialistas do meio
245 ambiente que, um desses eventos irá para ONGs e comunidades tradicionais, que será realizado no
246 dia 23 de agosto, e outro evento, onde estamos convidando vocês do CONSEMA, que vai ser para
247 conselheiros das Unidades de Conservação e conselheiros do CONSEMA também para estas
248 palestras e para participar deste evento. Este evento será híbrido, será em um formato híbrido, onde
249 gostaríamos que vocês participassem de forma pessoal, vai ser na FIA, na Fundação Instituto
250 Administração, que fica aqui perto, aqui na rua Rui Cardoso, e vai ter também participação do evento
251 via *YouTube* ao vivo, através da página da Fundação Florestal. Estamos fazendo já o convite formal,
252 vamos enviar o correio para que vocês possam nos acompanhar e teremos também especialistas sobre
253 vários temas, de clima, de biodiversidade, de inteligência artificial no meio ambiente e etc. E esse
254 está pensado para ser feito no dia primeiro de agosto, que é uma sexta-feira. Por último, já depois
255 disto, setembro, outubro, já com todos estes insumos que temos recolhido, a gente vai fazer uma
256 proposta de definição da nova missão e atribuições da Fundação Florestal. Estas costumam ser
257 discussões internas que vamos fazer dentro da Fundação Florestal. E, por último, um redesenho da
258 macro rede de produção institucional, entendendo essa que, antes de elaborar um organograma, que
259 é muito comum de ir para uma modernização, fazer um organograma, a gente antes disso pensa
260 primeiro, levanta quais são os processos de produção que hoje gera a Fundação Florestal, e a partir
261 de uma nova missão, quais devem ser os processos de produção que ela deve gerar, a partir dessa
262 rede de processos de produção, então, já pensamos qual deve ser a estrutura organizacional que está
263 pensada, essa estrutura geral para novembro, dezembro. Essa é a estratégia. Muito obrigada.

265 **00:29:50 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Por favor, Rodrigo.

266
267 **00:29:51 Rodrigo Levkovicz:** E aí, gente, isso é uma proposta. Eventualmente a gente pode estender,
268 verificar as datas. É um convite para que vocês, como conselheiros do CONSEMA, acompanhem
269 todas as fases, participem ativamente. A gente tem muita coisa para discutir. Agradecer o Jonatas que
270 sempre, esteve até presente no Encontro de Florestas. A gente entende que a gente precisa modernizar
271 e trazer foco para as situações que a gente talvez não tenha se preocupado lá atrás, porque a vida é
272 dinâmica, mas agora a gente precisa se preocupar. Então fica aqui o convite de participação ampla e
273 de contribuições que vão ser acolhidas e olhadas com muito carinho. A gente quer fazer isso de uma
274 forma bastante democrática e republicana. Obrigado.

275
276 **00:30:38 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Depois, eu gostaria de pedir para a Fundação
277 Florestal passar para a gente os meios de participação para a gente encaminhar também, fortalecer
278 essa comunicação. Obrigado. Gostaria, então, agora de fazer as comunicações rapidamente da
279 Secretaria Executiva do CONSEMA, inicialmente convidar todos os conselheiros e toda a sociedade
280 a participar das próximas Audiências Públicas, já convocadas pelo CONSEMA, no dia 10 de agosto
281 vai ocorrer em Jaguariúna, que é o EIA Rima da ampliação de atividade de extração e beneficiamento
282 de Diabásio, responsabilidade da Basalto Pedreira. E no dia 23 de agosto, Audiência Pública sobre o
283 Eia Rima, ampliação de areia, argila e cascalho, responsabilidade de Francisco Estrela Ruiz, no
284 município de Panorama, ambas com início às 17 horas, e maiores informações para participação estão
285 no site da SEMIL e do CONSEMA na internet. Informo que hoje toma posse a conselheira Juliana
286 Augusto Cardoso, na qualidade de membro titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em
287 complementação ao mandato de Jorge Tatino Junior, nomeado por ato do governador de 28 de junho
288 de 2023. Agradeço então a presença, agradeço aqui pela participação do ex-conselheiro e saudamos
289 a nova conselheira dando as boas vindas. Então, a mesa declara empossada a nova conselheira. Nós
290 temos aqui, rapidamente, são 30 segundos, só que como a secretária Natalia informou que hoje é o
291 Dia do Manguezal, a gente gostaria de pedir aqui, são 30 segundos de vídeo, depois nós vamos
292 encaminhar aqui para os conselheiros, podemos encaminhar, se todos permitirem por *WhatsApp*, é
293 um pequeno vídeo aqui, só um lembrete sobre o Dia do Manguezal, por favor. Bom, depois a gente
294 manda. Obrigado, a gente manda, inclusive com trilha sonora. Obrigado. Então, dessa forma vamos
295 passar, convido a todos os conselheiros e conselheiras para os 30 minutos de fala dividido entre todos
296 para assuntos de interesse geral. Nós já temos aqui inscrito o Roberto Resende, o conselheiro, também
297 temos aqui inscrito Fernando Prioste, também Beloyanis Monteiro também já sinalizou, conselheiro
298 Rogério Menezes, conselheiro Rafael Frigerio. Esses que estão aqui na sala, conselheiro Gilmar
299 Ogawa, Rodrigo, aqui, deixa eu ver online, nós temos também a inscrição do Andrés, nós temos a
300 Gilda, também professor Alexandre Perinotto, e também o Henrique Kefalás, ele vai dividir o tempo
301 com o Fernando Prioste, já tinha sido informado. Nós temos 10 inscritos, então são três minutos para
302 cada um. Vou convidar inicialmente aqui os representantes das entidades da sociedade civil. Vou
303 chamar primeiro o conselheiro Roberto Resende, por favor, Resende.

304
305 **00:34:32 Roberto Resende (Iniciativa Verde):** Bom dia a todos. Bom, na reunião anterior, a gente
306 trouxe um tema da questão do registro do CAR no Mojac, Mojac Jacupiranga, mas como a gente vai
307 ter uma pauta específica de regularização ambiental, a gente gostaria de tratar disso com mais tempo
308 lá, mas já reunindo uma questão que reúne outros dois pontos de pauta, para a gente antecipar aqui,

309 até pelo noticiário desses dias, que é a transferência do Ceagesp lá para Itaquaquecetuba, que tem
310 saído no noticiário esses dias, parece bem interessante, mas chama a atenção para essa questão da
311 compensação ambiental do licenciamento, Lei da Restauração. Passaram para a gente aqui a
312 lembrança da compensação do Rodoanel, principalmente trecho sul, que é a Deliberação CONSEMA
313 nº 5, de 2006, trecho leste que só ela pede a Deliberação nº 10, de 2010, que só ela pede 502 hectares
314 de compensação. E a 22, de 2011, o trecho norte. São três deliberações específicas aqui desse
315 colegiado que tratam de compensação ambiental de obra pública, agora incrementado com mais obra
316 na região, que também é um assunto que é uma obra de grande porte também numa área que tem
317 alguma polêmica já do uso desse terreno, e com a situação da extinção iminente da Dersa, fica a
318 preocupação dos passivos dessa empresa que está para ser extinta já tem algum tempo, e que tem
319 algumas centenas de hectares de restauração, como débito, compensação, e que foram foram assuntos
320 que passaram por esse colegiado, a gente gostaria de solicitar uma informação específica a respeito
321 das compensações dessa empresa em extinção e, na medida do possível, das demais situações
322 semelhantes. A gente fazer um diagnóstico a respeito, tendo em vista até a demanda de restauração,
323 que é o assunto da vez aí, e da compensação ambiental. Também, rapidamente, passar aqui do colega
324 Djalma, nessa linha também, lá da Apoena, do interior do estado, ele queria propor nesse ponto,
325 passou uma demanda específica, que no interior do estado, tem muitos assentamentos em terras
326 públicas, e uma proposta até, junto à Fundação Florestal, de encarar as reservas legais dos
327 assentamentos estaduais, num primeiro momento e, se possível, expandir isso para a questão dos
328 federais, da Fundação Florestal assumir a gestão dessas Unidades no molde tipo o mico-leão preto,
329 que virou uma Unidade de Conservação federal, no âmbito do programa Refloresta e do programa
330 do Plano Operacional de Conectividade, de se trabalhar essas terras também para restauração e
331 conservação dessas, entendendo como sistema de áreas protegidas. E atenção também, ele pede
332 novamente, nas pequenas Unidades de Conservação do interior, como de Marília, de Andradina, uma
333 atenção maior dessas áreas, que estão numa região tão carente de proteção da vegetação nativa.
334 Obrigado.

335

336 **00:37:54 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Agora, conselheiro Fernando Prioste, por favor.

337

338 **00:38:00 Henrique Kefalás (Linha D'Água):** Posso ir, Fernando? Bom, pessoal, bom dia a todos e
339 todas. Eu sou Henrique, do Instituto Linha D'água. O informe que eu quero trazer hoje para todos
340 vocês é que nos dias 27 e 28 de julho, amanhã e na sexta-feira, vai acontecer, na Ilha do Cardoso, um
341 evento organizado pela associação dos moradores da comunidade do Itacuruça e Pereirinha, que
342 assinou o convênio para a gestão dos atrativos de uso público no núcleo Perequê, no parque estadual
343 da Ilha do Cardoso. Esse evento está dividido em dois momentos, um primeiro momento, no dia 27,
344 amanhã, é de integração local entre as comunidades da Ilha e do entorno para poder tecer relações de
345 parceria comerciais entre essas comunidades, fortalecer as relações pré-existentes e abrir novas
346 relações, para incluir essas relações nas atividades previstas que a MOIP (00:39:08) desenvolverá no
347 núcleo Perequê. E, no dia 28, um momento de celebração da parceria, inclusive o diretor executivo
348 da Fundação, Rodrigo, foi convidado, confirmou a presença, a secretária Natalia, não sei se será
349 possível a ida dela, ou do subsecretário Jonatas. Mas o segundo dia, o dia 28, também contará com a
350 presença do Ministério Público Federal, outras organizações, a própria prefeitura de Cananéia, então,
351 vai ser um momento para a associação poder apresentar o como ela vai operar esses serviços e quais
352 são os serviços disponíveis, atrativos que estarão disponíveis dentro desse exercício do trabalho da

353 MOIP no processo, né? Acho que é importante destacar também que esse é um momento que marca
354 os seis meses de assinatura do convênio, amanhã a gente completa seis meses de assinatura do
355 convênio, então é uma data bastante emblemático nesse sentido, uma vez que boa parte das questões
356 previstas no plano de trabalho anexo ao convênio já estão sendo endereçadas, e aí, eu gostaria de
357 aproveitar esse gancho para poder relembrar, principalmente para a Secretaria, para a secretária
358 Natalia e para o subsecretário Jonatas, o comentário feito pela secretária no dia da assinatura do
359 convênio, que seria a criação de um grupo de trabalho, não me recordo especificamente agora qual
360 seria a instância, mas para tratar da agenda de povos e comunidades tradicionais. Isso foi bastante
361 celebrado no dia pelas comunidades presentes e, desde então, a gente não teve um encaminhamento
362 sobre isso. Foi apresentado o plano, aquela estrutura base do plano estadual do meio ambiente na
363 última reunião do CONSEMA, esse não foi um tema que apareceu assim de uma maneira mais
364 estruturada, a gente vem vendo e reconhecendo as diferentes iniciativas que se relacionam com povos
365 e comunidades tradicionais, essa preocupação, a própria fala do Rodrigo, agora, nesse processo de
366 reestruturação da Fundação Florestal, então só queria deixar esse registro de que é fundamental, com
367 base, tanto no estabelecimento dessas novas modalidades de parceria, aquilo que a gente vêm
368 chamando de uma parceria público comunitária, que haja também uma estruturação dos canais,
369 espaços de diálogo, quais são as agendas, que possa vir à tona uma série de reivindicações históricas
370 desses povos e comunidades tradicionais nessa interface com a gestão socioambiental do estado. É
371 isso, obrigado, desculpa pelo excesso de tempo.

372
373 **00:41:46 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Ele acabou usando os três minutos, mas
374 obviamente, vocês vieram. Eu acho que é muito importante a gente ter a participação aqui. Vamos
375 ceder também os três minutos ao conselheiro Fernando Prioste, por gentileza.

376
377 **00:41:59 Rodrigo - Quilombo Ivaporunduva:** Primeiramente, bom dia a todas e todos. Me chamo
378 Rodrigo, sou quilombola do Quilombo Ivaporunduva, município de Eldorado, região ali do Vale do
379 Ribeira. Também quero agradecer ao conselheiro que aqui também cedeu o espaço e também o
380 espaço mesmo do CONSEMA para a gente estar trazendo esses informes. Queria trazer um informe
381 também, reforçar, que provavelmente em outras reuniões, já foi feito esse convite, mas de modo
382 especial que, como já está próximo, eu queria convidar, tanto os conselheiros, mas também a
383 secretária e também o vice-secretário hoje presente, e assim como todos aqui presentes para a Feira
384 de Troca de Sementes das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, quilombolas, as
385 comunidades tradicionais quilombolas do Vale do Ribeira, que acontece agora, dia 11 e 12 de agosto.
386 É bom lembrar que todo o processo da feira de sementes vem desenvolvida para assecuramento da
387 salvaguarda das sementes tradicionais quilombolas, visto que todo o processo do sistema agrícola
388 quilombola é hoje apatrimonializado, e sempre a gente reforça aqui a importância da gente estar
389 mantendo essa evidência e esse controle, vamos se dizer assim, desse processo de distribuição e
390 contribuição para todo o processo do sistema agrícola. Uma vez que essa feira se dá em dois
391 momentos, um primeiro momento de seminário, para debater toda a importância do sistema agrícola.
392 Esse ano também não é diferente, também já quero aqui agradecer a pessoa do Rafael, que também
393 nos concedeu à tarde um espaço para a gente estar conversando, que vai muito de encontro com o
394 que é o tema da feira esse ano, que é falar um pouco da questão perene, como é que se dá isso também
395 no processo do sistema agrícola quilombola no Vale do Ribeira, agradecer. E no mais, convidar
396 novamente vocês a estarem participando da feira. Obrigado.

398 **00:44:16 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelo recado. Obrigado, Fernando Prioste, por ter
399 trazido e podermos a gente ter também essa divulgação aqui a toda a sociedade Paulista. Obrigado.
400 Gostaria agora de convidar agora para fazer uso da palavra o conselheiro Beloyanis Monteiro, está
401 aqui conosco na sala. Na sequência, o seu suplente, Eduardo Leduc, por favor.

402
403 **00:44:38 Beloyanis Monteiro (SOS Mata Atlântica):** Bom dia. Eu estou encaminhando agora para
404 o Anselmo um ofício da SOS Mata Atlântica pedindo a proteção especial do Vale do Tietê, que é
405 uma região importante e que é uma região de corredeira, e que várias PCH estão sendo planejadas
406 para essa região. Então eu acho até que vale uma reunião específica, Anselmo, para gente trazer
407 técnicas, discutir mais, porque se a gente não cuidar do pouco do Tietê que existe, essa região é uma
408 região importante, a gente vai perdendo tudo. Então é uma região de corredeira, uma região onde o
409 Rio Tietê está vivo ainda. Então, eu acho que precisamos, essa região do interior do Tietê se encontra
410 lugares legais. Eu acho que essa questão de PCH é bem complicada e ela exige um debate maior. Eu
411 acho que a gente está aí no processo de mudança climática e outros temas importantes, a gente não
412 pode deixar de debater. Eu acho que é importante a gente ter um debate mais qualificado, porque a
413 gente às vezes vem aqui, se recebe informações que são importantes, mas aprofundar estes assuntos,
414 eu sei que a agenda de todo mundo é bem complicada, mas eu acho que exige que temas importantes
415 a gente se debruce, chame outros técnicos para estar falando aqui para estar conversando. Eu até
416 solicitei à secretária uma Audiência para a gente trazer uns técnicos da SOS Mata Atlântica, para
417 poder estar conversando e estar falando, explicando o porquê que a gente pede a proteção dessa região
418 do Tietê, tá? Eu não vou me estender, não sei se eu passei do meu tempo.

419
420 **00:46:32 Anselmo Guimarães:** Imagina, obrigado. Vamos ceder então o restante ao suplente
421 Eduardo Leduc. Muito obrigado pela participação, por favor, Eduardo Leduc.

422
423 **00:46:44 Eduardo Leduc (Associação Cunhambebe):** Bom dia. Eu estou aproveitando esse tempo
424 para parabenizar o Rodrigo pela iniciativa, por parte da Fundação Florestal, com relação a esse
425 direcionamento estratégico, essa visão de longo prazo, os *benchmarks* que estão sendo feitos e
426 também, até pensando na revisão da estrutura da Fundação Florestal em função das demandas do
427 meio ambiente, principalmente uma entidade pública representando a sociedade. O que eu gostaria
428 de aproveitar aqui e deixar público e registrado, é uma proposta de uma reunião deste grupo que está
429 fazendo esse trabalho com os conselheiros, representantes da sociedade civil, do CONSEMA, com a
430 Fundação. Nós estamos presentes em vários lugares onde temos as Unidades de Conservação, temos
431 os parques, temos assim, com certeza, muito a contribuir. O objetivo é contribuir, é participar.
432 Quando vejo a agenda já para agosto, essa reunião, daqui dia primeiro de agosto, ou seja, a gente
433 recebe essa informação aqui, é bacana, porém a gente, de forma alguma, vai ter a oportunidade de
434 contribuir. Os conselheiros têm bastante visão estratégica, suas experiências. Então, Rodrigo, a
435 proposta, para que não seja só um informativo e dizer depois que todo mundo também participou,
436 estava consciente, é que esse grupo entre em contato com a gente, a gente fazer uma reunião com os
437 conselheiros do CONSEMA sobre isso para poder realmente contribuir e se sentir parte desse novo
438 direcionamento estratégico.

439
440 **00:48:21 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela contribuição, Eduardo. Gostaria de chamar

441 agora o próximo conselheiro inscrito, o conselheiro Rogério Menezes, que está aqui conosco na sala,
442 representante da ANAMMA (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente). Por
443 favor, conselheiro, são três minutos.

444
445 **00:48:35 Rogério Menezes (Anamma):** Muito bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar toda
446 a mesa na pessoa do secretário Jonatas Trindade, que agora representa a secretária Natalia Resende,
447 que esteve aqui com a gente; presidente da Cetesb, Thomaz Toledo e o nosso secretário executivo do
448 CONSEMA, Anselmo Guimarães. Cumprimentar todos os demais conselheiros e conselheiras nas
449 pessoas da Veronica Sabatino, secretária de meio ambiente e recursos hídricos de Itu, que junto
450 comigo representa a Anamma São Paulo nesse plenário; também cumprimentar as conselheiras
451 Cristina Murgel, da Agricultura e Abastecimento; Nerea Mancini, do IPA; Marina Balestreiro, da
452 SEMIL; também a Patrícia Iglecias, sempre secretária, Patrícia Iglecias, através dela, todos que estão
453 virtualmente. Eu queria fazer uma reflexão, e depois uma cobrança. A reflexão é que nós já
454 ultrapassamos os 42 anos da criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, e que
455 pressuponho, desde o seu início, a interação conjunta na defesa do meio ambiente, na recuperação do
456 meio ambiente, da esfera federal, dos estados e dos municípios. É um grande desafio que esse sistema
457 algum dia saia efetivamente do papel, porque, principalmente, em termos de financiamento, é um
458 sistema que, ao contrário de outros, como o SUS, como sistema educacional brasileiro, não tem
459 financiamento na base dos municípios. Então, a perna manca do Sistema Nacional de Meio Ambiente
460 são as estruturas municipais de meio ambiente. E então a Anamma fez um ofício após a última
461 reunião, quando tivemos apresentação do Plano Estadual de Meio Ambiente, perguntando sobre o
462 Sistema Nacional de Meio Ambiente, sobre o SISNAMA, sobre os municípios. Como que isso será
463 inserido, se será inserido, de forma mais clara, dentro das diretrizes anunciadas do Plano Estadual de
464 Meio Ambiente. Então, esse ofício, a Anamma São Paulo pretende trazer propostas que foram
465 colocadas aqui no plenário, mas que ficam oficialmente agora oficializadas, que a gente espera ter
466 um retorno sobre as propostas feitas. E também gostaria de, aí vem a minha cobrança, cobrança não
467 é essa do SISNAMA, essa é só uma lembrança. A cobrança é da taxa de controle e fiscalização
468 ambiental, e correndo o risco de tocar novamente no assunto, nós estamos completando seis meses
469 de governo, e uma coisa que eu aprendi nos meus 25 anos de gestão pública, é que um período de
470 governo passa super rápido. Ele é formado só de oito semestres. A cada período de governo é formado
471 de oito semestres, 1/8 secretário Jonatas, já se foi, não é? É difícil, é muito complexo, é muitas coisas
472 para cuidar, mas um oitavo já se foi, e essa questão da taxa de controle e fiscalização ambiental não
473 é para os municípios um detalhezinho, isso é uma coisa central, porque é uma luta de 20 anos, é desde
474 2001 que isso está previsto na legislação e agora começa os primeiros quatro acordos com o estado,
475 que foram assinados em novembro do ano passado, no final do governo anterior, e que a gente não
476 verifica avanço nesse período inicial de governo. Então, chamar a atenção para isso. Depois de uma
477 luta antiga dos municípios para que houvesse, algum recurso, do que nós estamos falando, nós
478 estamos falando de um pequeno município, recebeu 80 mil reais, Veronica. Um município receber
479 200 mil reais, um município, como Campinas, receber 700 mil reais. Não é só questão financeira, é
480 simbólica, muito importante para que São Paulo possa ser o segundo estado depois do Rio Grande
481 do Sul, a que os municípios, pelo menos os licenciadores e fiscalizadores possam ter essa questão
482 resolvida, e vou dividir a palavra aqui, posso passar a palavra aqui para as mulheres na mesa, bem
483 rapidamente, Veronica.

484

485 **00:53:19 Veronica Sabatino (Anamma/ Suplente):** Obrigada, obrigada pela palavra e pela
486 concessão. Então, na continuidade aqui da Anamma e da nossa pauta municipalista, queria apenas
487 fazer um informe que estamos com um grupo de trabalho, Jonatas, para tratar da questão de animais
488 silvestres. Essa pauta é muito importante e ela entra num vácuo entre aquilo que compete ao estado
489 e no fim, as pessoas, como moram no município e os bichos também, acaba que o município tem que
490 absorver uma série de ações relacionadas a animais silvestres, isso está pouco claro, pouco
491 direcionado, pouco normatizado. Então nós, só para você saber, nós estamos organizando esse grupo,
492 inclusive o pessoal DeFau (Departamento de Fauna) já teve participação nesse processo, mas eu
493 queria que você nos colocasse alguma orientação e alguém à disposição para estar aprofundando esse
494 trabalho. E mais um detalhe que foi colocado sobre o Rio Tietê, em Itu passa o Rio Tietê, ali, no
495 município de Itu, passa o único trecho do Rio que tem os cânions, as corredeiras na forma de cânion,
496 dia 22 de setembro é o dia do Rio Tietê, e eu creio que pode ser um momento oportuno para a gente
497 organizar uma espécie de seminário, eu sei que também vai ter um em Salesópolis, Itu está
498 participando também, que é onde nasce o Rio Tietê, mas eu creio que as corredeiras com a SOS
499 instalada no município e com, neste momento, encontra-se em desenvolvimento, provavelmente vai
500 estar apresentando o plano de manejo da APA do Rio Tietê, então, é uma APA municipal. Então,
501 acho que também, Jonatas, se você quiser, construir junto com a gente uma agenda, apresentar o
502 projeto do estado para o Rio e fazer a devida honraria a esse Rio tão importante para o estado de São
503 Paulo. Obrigada.

504
505 **00:55:08 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheira pela participação. Gostaria de convidar agora
506 para fazer uso da palavra o conselheiro Gilmar Ogawa.

507
508 **00:55:20 Gilmar Ogawa (FAESP):** Bom dia, pessoal. Eu gostaria que o Rodrigo depois me
509 esclarecesse, eu não percebi, com relação à sociedade civil, foi citado as ONGs, os quilombolas, mas
510 o setor produtivo eu não percebi se está dentro desse esquema ou não. Tá? Então está bom. Outro
511 assunto que eu reporto importante, principalmente para os produtores rurais, é a questão de podas nas
512 áreas sobre a rede elétrica em áreas rurais. Nós estamos tendo uma certa dificuldade de fazer
513 determinados tipos de poda, para evitar a queda de energia elétrica que tem ocorrido com frequência.
514 Eu acho que um aprimoramento, talvez da legislação vigente, ajudaria a ter um corte dessa vegetação
515 de uma forma mais perene, porque simplesmente você cortar um galinheiro, rapidamente ele cresce e
516 começa a bater no fio e cai a energia elétrica, e muitas vezes a reposição dessa energia leva muito
517 tempo. Nós temos região, às vezes o cara fica cinco dias sem energia elétrica. Nós temos as
518 companhias de eletrificação rural que não tem a mesma estrutura, por exemplo, de uma
519 concessionária. Então, alguma coisa precisa ser melhorada nesse processo para que esse público da
520 área rural não fique tanto tempo sem o recurso do uso de energia elétrica. Hoje a agricultura sem
521 energia elétrica ela não acontece. Nós temos muitos processos relacionados à produção agropecuária,
522 que necessita desse insumo de uma forma perene. Não pode haver, muitas vezes, interrupções com
523 lapso de tempo muito grande. Fica aí a nossa solicitação pelo setor produtivo da classe rural.

524
525 **00:57:53 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Gilmar Ogawa. Gostaria agora de convidar
526 para fazer uso da palavra, aqui na internet, pela videoconferência, conselheiro Andrés Vernet.

527
528 **00:58:06 Andrés Vernet (Ecophalt):** Bom dia a todos e a todas. Eu queria fazer uma pergunta ao

529 senhor Jonatas, sobre a Comissão de Políticas Públicas. As comissões já tem seus membros efetivos,
530 já está tudo ok, mas não existe pauta definida ainda para a Comissão de Políticas Públicas. E tem um
531 assunto pendente importante que, desde junho de 2021, ou seja, mais de dois anos, estamos
532 aguardando para colocar em pauta esse assunto, que é a logística reversa. Que foi aprovado em
533 plenário pela Deliberação CONSEMA 9, de 2021. Então, nós precisamos colocar em pauta,
534 solicitamos colocar em pauta isso o mais breve possível, principalmente porque vários estados
535 vizinhos aqui nossos estão implementando novidades e avanços na legislação da logística reversa, e
536 a nossa legislação está ficando um pouco para trás. Então gostaria de solicitar urgência em colocar
537 em pauta esse assunto que está aprovado em Deliberação do CONSEMA aqui. Muito obrigado, era
538 isso.

539
540 **00:59:21 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Convidar aqui para fazer a palavra a próxima
541 conselheira inscrita, conselheira Gilda Nunes.

542
543 **00:59:35 Gilda Nunes (IIS):** Bom dia a todos e todas. Bom, novamente eu gostaria de solicitar
544 intensificação da fiscalização ambiental, em especial aqui na região do litoral norte, onde tem o maior
545 crescimento populacional do estado, proporcionalmente, e estão ocorrendo várias supressões de
546 vegetação em maciços florestais, continuam ocorrendo, inclusive, com autorização pela via rápida
547 ambiental. Além de ocupações em área de risco, enfim. Eu fiz um levantamento aqui na nossa região,
548 e apenas Caraguatatuba possui a operação delegada da polícia ambiental, diferentemente do que foi
549 falado na última reunião do CONSEMA, que Ilhabela e São Sebastião também possuíam, mas não
550 possuem, assim como Ubatuba também não. E o litoral também possui uma falta de contingente da
551 polícia ambiental, conforme informação é o maior claro do estado, atualmente conta com apenas um
552 tenente para atender os quatro municípios, quando o correto seriam, as vagas, acho que existem um
553 para cada município, um tenente para cada município, e mais um capitão. E a polícia ambiental
554 também necessita de veículos e embarcações para fiscalização, então acho que esse é um tema
555 importante. Outro tema que eu gostaria de citar é uma melhor distribuição dos recursos da Câmara
556 de Compensação Ambiental para atender as ações previstas nos Planos de Manejo das UCS, cito o
557 parque estadual aqui como exemplo, porque eu também sou conselheira, que é um arquipélago
558 formado por nove ilhas, três ilhotas, duas lajes, e não possui embarcação para vistoria e fiscalização.
559 Ainda sobre as UCs, eu gostaria de solicitar informações ao Rodrigo da Fundação Florestal a respeito
560 da previsão do aumento de monitores ambientais, já que a Fundação Florestal fez o corte dos
561 vigilantes por considerar que o aumento dos monitores terá maior efetividade. E sobre o que foi citado
562 pela secretária, Projeto Mar Sem Lixo e o Dia de Manguezal, o Dia do Manguezal que a gente
563 comemora hoje, eu gostaria de solicitar maiores cuidados no manguezal que existe o lado da balsa,
564 na travessia de São Sebastião para Ilhabela, local de muita relevância ambiental, com espécies
565 endêmicas, que é de responsabilidade da DH e do Porto, e hoje existe muito lixo no local por conta
566 do serviço de travessia da balsa. E ainda sobre o comentário da secretária Natalia sobre a Estação de
567 Tratamento de Esgoto, que ela esteve aqui na Ilhabela para assinar a ordem de serviço, seria
568 importante a Sabesp cumprir o compromisso dela em Audiência Pública, quando teve a assinatura do
569 contrato do município com a Sabesp, o estado, e que as ETEs, todas no caso, o compromisso foi que
570 todas as ETEs teriam tratamentos terciários, e não secundário, como está sendo licenciado aqui na
571 Estação de Tratamento da Praia Grande, no sul da Ilhabela. E ainda lembro que o município de
572 Ilhabela é um dos municípios que têm maior arrecadação per capita do país e que, portanto, poderia

573 ter recurso para complementar esse tratamento, já que o efluente vai ser lançado num pequeno Rio
574 que deságua numa praia, que é uma das praias que não tem problemas de balneabilidade, não fica
575 nunca imprópria, e que vai receber uma carga de efluente apenas com tratamento secundário, que tira
576 em torno de 70% da matéria orgânica, não tira nutrientes, enfim, poderá afetar a balneabilidade das
577 praias, não só Praia Grande, mas as praias ao lado também. Então, eu acho que é só. Tem mais coisas,
578 mas eu falo numa outra oportunidade, obrigada.

579
580 **01:04:07 Anselmo Guimarães:** Agradecemos pela participação. Fica, então, registrada as
581 proposições da conselheira e os questionamentos. Muito obrigado. Nós estamos aqui recebendo, os
582 conselheiros que estão aqui na sala presentes, uma caneca da tartaruga de pente, da Fundação
583 Florestal, em homenagem ao Dia dos Manguezais. Muito obrigado. Está sendo distribuído aqui na
584 sala. A Fundação avisa que os que não estão aqui, quando vierem, vão receber suas canecas. Fica
585 aqui o convite também, obviamente. As portas sempre estão abertas. Gostaria de convidar agora para
586 fazer uso da palavra, o conselheiro Alexandre Perinotto. Professor Perinotto, por favor, a palavra é
587 sua. Ele que é representante da Unesp, por favor.

588
589 **01:05:01 Alexandre Perinotto (UNESP):** Bom dia a todas as pessoas presentes nessa reunião. Eu
590 agradeço a oportunidade, e quero ressaltar aqui que, nesse momento, o Brasil está recebendo uma
591 delegação da Unesco, participando de uma avaliação na região de Uberaba, do projeto Geoparque
592 Uberaba, Terra de Gigantes. Eu já tenho falado a respeito desse projeto, que é certificado pela Unesco.
593 Nós temos cinco geoparques mundiais da Unesco, é uma estratégia fantástica de conservação
594 ambiental, de preservação e valorização da cultura. E no estado de São Paulo, a região aqui da Bacia
595 do Rio Corumbataí, é o primeiro projeto geoparque do estado. Nós estamos numa fase já bastante
596 adiantada. Já enviamos para o Ministério das Relações Exteriores a nossa intenção de apresentar a
597 nossa candidatura agora em outubro, para que possamos ser avaliados ao longo de 2024, de forma
598 que São Paulo entrará para o circuito mundial da Unesco de geoparques mundiais. Então, com muita
599 honra, nós conseguimos os fundos e eu estarei agora no início de setembro na cidade de Marrakesh,
600 no Marrocos, representando o nosso projeto e defendendo nossa candidatura, o Geoparque Mundial
601 da Unesco. Então São Paulo está nessa luta também para ter um geoparque mundial. Eu agradeço
602 aqui de público e perante ao CONSEMA o apoio recebido, e quero dizer que já apresentamos, tanto
603 no nível da Secretaria de Meio Ambiente, o secretário Jonatas, já apresentamos na Secretaria de
604 Turismo, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, agora estamos em contato com a Casa Civil
605 pleiteando, tentando levar à frente um projeto de lei que nós chamamos de projeto de lei da
606 geodiversidade, geoparques, geoturismo, e vai fazer com que São Paulo seja pioneiro no Brasil para
607 a preservação da geodiversidade. Então, além da biodiversidade, que é o carro-chefe de todas as falas
608 necessárias em relação ao meio ambiente, em toda a base abiótica está na geodiversidade, nós estamos
609 propondo então um Projeto de Lei visando a preservação, conservação e o correto uso dos recursos
610 abióticos do planeta, no caso, a geodiversidade. Eu aproveito aqui a minha fala para pedir para
611 guardar minha caneca, que eu faço questão de receber. Muito obrigado. E dizer para nossa querida
612 conselheira Veronica Sabatino, que no dia 16 de agosto estaremos em Itu, espero vê-la lá para
613 conversarmos um pouco mais, não só sobre o Parque do Varvito, algum patrimônio a ser defendido
614 no estado de São Paulo, mas também para conversar um pouquinho a respeito do apoio da Anamma
615 para os projetos ambientais relativos ao geoparque Corumbataí. E não sei se a conselheira Rosa

616 Ramos está presente, mas se estiver, aguardo um contato com uma reunião junto a OAB São Paulo.
617 Muito obrigado, uma boa continuidade de reunião para todos.

618
619 **01:08:37 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, professor Perinotto. A conselheira Rosa Ramos
620 teve que justificar a ausência, mas transmitiremos também as informações. Muito obrigado. Gostaria
621 agora de chamar para fazer uso da palavra o conselheiro Rafael Frigerio, representante da
622 Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, por favor.

623
624 **01:08:57 Rafael Frigerio (CFB):** Bem, obrigado, Anselmo. Bom dia a todas e todos. Farei aqui
625 agora um informe rápido sobre o andamento de mais uma etapa do projeto de estruturação dos grupos
626 de fiscalização integrada nas áreas de mananciais na região metropolitana do estado de São Paulo.
627 Reforçando, nós fizemos aqui uma apresentação, noticiamos aqui neste plenário do CONSEMA as
628 bases desse projeto de estruturação. No mês de abril, sinalizamos aqui que tivemos ali uma importante
629 etapa, que foi a primeira oficina do projeto FeHidro de estruturação dos grupos de fiscalização
630 integrada, justamente com o intuito de que possamos fortalecer todas as ações integradas em conjunto
631 entre os entes estaduais e municipais. E nesse momento eu gostaria de dar ciência para todos que a
632 segunda etapa prevista nesse contexto de estruturação, no âmbito das oficinas, foi realizada agora,
633 entre a segunda quinzena de junho e a primeira quinzena de julho, justamente o objetivo desse
634 encontro agora regionalizado. Nós tivemos a primeira oficina reunindo todos os integrantes dos cinco
635 grupos de fiscalização integrada. Os quatro que estão na região metropolitana, Alto Tietê, Cabeceiras,
636 Alto Juquery, Billings, Guarapiranga Sudoeste e também todo o arranjo de fiscalização integrada que
637 a gente tem no município de São Paulo, no âmbito da OIDA, então, cumprimos depois daquele
638 primeiro ciclo contemplando todos os grupos de fiscalização numa única oficina, nós cumprimos,
639 então, as oficinas regionalizadas, procurando refinar tudo que foi sistematizado naquele primeiro
640 ciclo, no contexto das especificidades de cada localidade, justamente para que possamos ter avanços
641 no arranjo, especialmente dos procedimentos e da atuação conjunta entre os entes. Essas oficinas
642 propiciaram um ambiente rico para discussões e aprimoramentos, como coloquei, e contribuem para
643 essa missão contínua de engajamento de todos os atores participantes de toda essa jornada de
644 fiscalização integrada, tão importante para o enfrentamento dessa problemática relacionada aos
645 mananciais, o impacto sobre a biodiversidade, sobre as áreas de manancial, e justamente, um ciclo
646 imprescindível, para sermos mais efetivos nesse contexto de mobilização, especialmente trazendo a
647 figura dos municípios como agentes imprescindíveis para que a gente possa ser mais efetivo nas
648 atribuições em cada uma das esferas. Logicamente que tudo isso, paralelamente aos trabalhos que
649 vêm a pleno vapor, as reuniões periódicas vem acontecendo nos grupos e, conseqüentemente, todas
650 as ações de fiscalização integrada, justamente para que a gente possa ter o melhor enfrentamento
651 possível desses impactos, minimizar todo esse cenário tão degradante, e fortalecendo todo esse
652 arranjo entre os entes da fiscalização integrada. Logicamente aqui, fazer uma menção ao trabalho
653 importantíssimo da polícia militar ambiental, que juntamente com a Coordenadoria de Fiscalização
654 e Biodiversidade, com a Cetesb, com a Sabesp, capitaneia em todas as ações do estado, mobilizando
655 os municípios, nós temos 26 municípios conveniados em todo esse arranjo, e vale aqui esse destaque,
656 do andamento dos trabalhos. Esse projeto, que é de estruturação, que segue até o fim do primeiro
657 semestre de 2024. Obrigado.

658

659 **01:12:20 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro, e agora finalizando esse momento,
660 gostaria de convidar novamente o representante da Fundação Florestal, Rodrigo Levkovicz.

661
662 **01:12:34 Rodrigo Levkovicz:** Só respondendo brevemente o conselheiro Eduardo. Conselheiro,
663 estamos à disposição para mudar o cronograma para que haja a plena participação e contribuição.
664 Isso é uma proposta, e fique tranquilo. Falo com vocês, sim, estamos à disposição. A gente quer fazer
665 isso com calma. Óbvio que a gente tem que ter prazo para começar e para terminar, mas a gente quer
666 ter qualidade no processo. Para o conselheiro Ogawa, sim, a gente pensou no setor produtivo também
667 fique muito à vontade de trazer sugestões, de a gente ter pautas específicas com os produtores rurais.
668 Acho muito importante isso, principalmente essa interface de Zona de Amortecimento, Unidade de
669 Conservação, Planos de Manejo, acho importante e estamos à disposição. Conselheira Gilda, veja, a
670 gente não vai contratar novos monitores, o que nós estamos pregando é uma mudança de paradigma
671 de gestão. Já contratamos monitores de biodiversidade para Ilhabela, houve uma supressão de dois
672 postos de vigilância, de 10 para 8, e a gente está entrando com outros programas, Monitoramento da
673 Biodiversidade, estamos conversando de estruturar um PSA, então, basicamente a gente está
674 mudando o nosso jeito de gerir as Unidades para trabalhar a pauta mais socioambiental, porque nós
675 entendemos que isso despressiona o extrativismo ou as ocupações. A gente quer mudar a percepção
676 das pessoas para que elas enxerguem na Unidade um ativo financeiro, econômico, de saúde, de
677 biodiversidade, social e cultural. Então, continuamos à disposição aqui dos conselheiros para fazer
678 uma conversa mais focada em todas as ações que já foram anunciadas na outra sessão, continuo à
679 disposição dos conselheiros caso entendam que a gente precisa fazer uma reunião com os projetos,
680 com os números, estamos totalmente à disposição. E aproveitar a minha fala, rapidamente, para
681 apresentar para todos a Laís e o Gustav, a gente vai entrar na pauta de manguezais com bastante
682 energia. Então, a Laís ela vem aqui para a Fundação para somar, que a gente quer, efetivamente,
683 enquanto Fundação Florestal, olhar com bastante atenção. Então eu queria que ela se apresentasse
684 brevemente. Obrigado pelo espaço.

685
686 **01:14:54 Laís (sobrenome):** Oi, bom dia. Vou falar rapidinho, não vou ocupar muito tempo de
687 vocês. É uma honra estar aqui no Dia Internacional da Conservação dos Manguezais, então acho
688 muito importante que isso esteja em pauta. Esse ecossistema que fornece serviços ecossistêmicos das
689 mais variadas naturezas, então, proteção costeira, uma relevância simbólica, espiritual e
690 socioeconômica para as comunidades, povos e comunidades tradicionais. Uma capacidade de
691 sequestro e de estoque de carbono muito relevante. Então pode ser um aliado no enfrentamento das
692 mudanças climáticas. Então, a gente está fazendo um plano na Fundação Florestal para fazer uma
693 ação integrada em todas as Unidades que têm manguezais, que prevê um diagnóstico de como estão
694 os manguezais de todas as Unidades. Claro que isso tem que ser junto com as comunidades, então
695 me disponibilizo aqui para quem quiser contribuir, quem quiser ajudar. Então, um diagnóstico
696 olhando o que a gente já tem de banco de dados, entrevistando as comunidades, entrevistando os
697 gestores, olhando por sensoriamento remoto como estão os manguezais. Depois um plano de
698 recuperação dos manguezais que tiverem com algum estado de degradação, e depois um plano de
699 monitoramento, e futuramente, os próximos passos para estabilização de ação de turismo, ou seja, o
700 que falta? Infraestrutura, o que pode ser melhorado para aumentar o turismo nessas regiões. E aí, com
701 isso, a educação ambiental, e com isso, maior conscientização de que manguezal é um ecossistema
702 importante e, claro, entender quais são os caminhos possíveis dentro da lógica de carbono, porque o

703 manguezal também é bastante relevante nesse sentido. Então é isso, eu vou deixar meu contato. Quem
704 quiser contribuir, quem quiser mais esclarecimentos, quem quiser dar uma olhada no plano, a gente
705 está aqui. Eu e o Gustav, estamos aqui para isso. Eu estou muito feliz de estar na Fundação com essa
706 missão de olhar para os manguezais com bastante cuidado, tá bom, obrigada pelo espaço.

707
708 **01:17:10 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Laís, muito obrigado, senhor presidente da
709 Fundação Florestal e a todos os conselheiros aqui pelos pertinentes registros. Subsecretário, antes dos
710 seus comentários, rapidamente eu gostaria, já em retorno ao que sempre vem sendo reiterado pelo
711 conselheiro Andrés Vernet, só informar que nós vamos, está previsto já a retomada da Comissão
712 Temática de Políticas Públicas, com a pauta da logística reversa, agora no mês de agosto. O mês de
713 julho foi bem complicado, a gente conseguir a mobilização, mês de férias e tudo mais, mas já
714 convidamos aqui, tivemos retorno positivo, inclusive da Cetesb, de participar conosco, a Marina
715 Balestero aqui que vai se candidatar a presidente da Comissão Temática, obrigado Marina, e com
716 isso já fica aqui o registro. Obrigado pela oportunidade, Andrés, até da gente esclarecer isso. Senhor
717 subsecretário Jonatas, agora assumindo, então já está conosco desde o início, mas assumindo aqui a
718 presidência da reunião, por favor, seu pronunciamento, obrigado.

719
720 **01:18:14 Jonatas Souza da Trindade:** Bom dia a todos. Agradecer a presença de cada um, e falar
721 que o trabalho tem sido muito intenso nos últimos meses. Realmente, o tempo passa muito rápido,
722 Rogério, o tempo voa e é impressionante como tem sido intenso aqui na Secretaria. A quantidade de
723 coisas que a secretária, o briefing que ela apresentou no início da reunião foi da última reunião para
724 cá, então vocês veem o tanto que a gente tem trabalhado e produzido em um mês, a quantidade de
725 coisa que tem sido posta em prática pela Secretaria. Em relação ao que foi apresentado, acho que
726 também cabe aqui, lógico, de pronto, um elogio a todo o trabalho da equipe técnica, como eu tenho
727 feito o tempo todo, pelo trabalho e pelo esforço que tem sido feito. Esse último mês foi bem
728 complicado. Em decorrência do PPA, da finalização do PPA e da lei orçamentária, deu um trabalhão
729 danado. Todo mundo correndo, trabalhando dia e noite para poder dar conta dos prazos que estavam
730 postos. A gente está num momento de fechamento agora, tanto do PPA como da LOA, e agora outros
731 desafios. Em paralelo, desenvolvendo uma série de coisas, parte delas, inclusive, que vão ser pauta
732 da apresentação que eu vou fazer um pouquinho mais a frente. Em relação ao que foi falado pelo
733 conselheiro Roberto, da questão, em especial daquilo que pode ser resolvido, a questão do passivo,
734 por exemplo, dos assentamentos rurais, a gente já tem um olhar na minha apresentação, vou falar um
735 pouquinho sobre isso, e aí tentar entender um pouquinho da lógica que você está colocando, até pra
736 ver se a gente consegue, do ponto de vista técnico, trabalhar junto com a Fundação Florestal, porque
737 eventualmente, alguns assentamentos vão ter áreas, por exemplo, de reserva legal e de preservação
738 permanente, numa posição que às vezes não favorece, por exemplo, se estabelecer uma proteção da
739 forma que se estabelece para a Unidade de Conservação, mas isso é totalmente discutível e está aberto
740 também na discussão, e está nos nossos planos, que eu vou apresentar também, explicar o trabalho
741 que tem sido feito. Em relação à compensação dos passivos de compensação, eu pedi à Cetesb, que
742 produzisse uma nota para explicar como é que está a situação do Rodoanel, uma explicação para que
743 fique claro o trabalho que está sendo feito e como é que a gente tem cobrado a questão dessas
744 compensações. Em relação ao que foi colocado pelo Henrique, a Ilha do Cardoso acho que é um
745 trabalho relevante, peço desculpa, mas não consigo participar no dia 27 e 28, se fosse no final de
746 semana eu conseguiria. Eu tenho me disposto dentro dos finais de semanas que tenho ficado em São

747 Paulo a participar desse tipo de agenda, porque durante a semana está impossível, muitas reuniões,
748 mas tenho certeza que vai ser um momento muito especial para comprar a comunidade, considerando
749 a relevância do projeto e todo o apoio que tem sido prestado e pela Fundação no desenvolvimento
750 desse projeto e de todos os parceiros que têm participado. A questão da criação do grupo de trabalho,
751 não me lembrava desse indicativo da secretária, mas já conversei aqui com o Rodrigo, nós vamos
752 correr atrás para poder estruturar esse grupo de trabalho para que a gente possa avançar com essa
753 agenda, sim. A agenda tem sido desenvolvida com um olhar muito especial da Fundação Florestal,
754 com a interface com as Unidades de Conservação, e vamos trabalhar nesse propósito, não tem
755 problema nenhum, muito pelo contrário, acho que é importante esse tipo de lembrança, porque são
756 muitos temas e acabam escapando alguns desses temas no nosso dia a dia. Em relação ao que o
757 Rodrigo apresentou, parabenizar a iniciativa de vocês e a gente tem um trabalho e contamos com a
758 ajuda de vocês em relação à questão das sementes. Então peço para que o Rodrigo faça contato com
759 vocês. Rodrigo, da Fundação, para que a gente possa ter um trabalho alinhado às práticas que vocês
760 já desenvolvem. Eu acho que tem tudo a ver com o que a gente espera em relação à questão de
761 sementes, a questão de tradicionalidade, a questão da restauração em si e todo o trabalho que a gente
762 tem um desafio a ser desenvolvido, então contamos sim com a colaboração de vocês, isso se vocês
763 quiserem também, mas eu acho que é um apoio relevante ter esse conhecimento, ter essa troca com
764 vocês. Em relação ao que foi posto pelo representante da SOS Mata Atlântica, recebemos a carta
765 recentemente, o documento de vocês, vamos avaliar e vamos levar o assunto à secretária. O Eduardo
766 também colocou a importância desse trabalho que vem sendo desenvolvido, e nós estamos à
767 disposição para trabalhar junto com vocês, como o Rodrigo colocou, a pauta é bastante apertada no
768 dia a dia, mas construir uma agenda de trabalho para entender as necessidades e ver na ponta o que
769 está acontecendo é importante para a gente. Então, conte conosco para que a gente possa estabelecer
770 uma agenda de trabalho com todos aqui, não tem agenda fechada, muito pelo contrário. Em relação
771 ao que o Rogério colocou, a carta da Anamma foi recebida recentemente, nós vamos avaliar e dar
772 endereçamento. Em relação à taxa de controle ambiental, ele está na jurídica. Realmente houve um
773 atraso, idas e vindas da burocracia que ocorre, mas foi ajustado e reencaminhado para avaliação
774 jurídica. Isso tem, acho, que uma semana, mais ou menos, então retornando da jurídica a gente vai
775 dar o encaminhamento em relação à taxa de controle ambiental. A questão do grupo de trabalho que
776 a Veronica colocou, acho que pode ser a Patrícia, que é coordenadora de fauna silvestre, a colaborar
777 com esse processo, então procure a Patrícia, que se não for ela, ela vai indicar alguém que possa
778 contribuir tecnicamente com a agenda, até por conta da dificuldade, essa interface que tem,
779 logicamente, e sobreposição ou sobreposição com a pauta e agenda de fauna, que eu acho que é
780 relevante o município participar diretamente. A questão da importância do Tietê, sim, temos um
781 projeto, que é o Integra Tietê, com relevância e entender a importância desse trabalho que está sendo
782 desenvolvido, em especial, pela Subsecretaria de Recursos Hídricos, que está capitaneando essa
783 agenda, mas é uma agenda que é transversal, nós também temos colaborado, assim como o Comitê
784 de Bacia nesse processo como um todo. Então, é um trabalho integrado efetivamente. Nós temos um
785 grupo formado sob condução da Subsecretaria de Recursos Hídricos, com esse olhar do Integra Tietê,
786 então, temos um desafio grande pela frente, mais um desafio interessante, e entra nessa pauta também
787 a questão da restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente do Tietê, esse é um
788 compromisso que está posto e a gente tem trabalhado nessa construção junto a esse grupo. Nós
789 estamos num momento muito forte de planejamento, de definição de indicadores, de definição das
790 métricas. Então, muito o que vai ocorrer, vai ocorrer daqui para frente, em decorrência desse

791 planejamento. Da mesma forma como a gente tem feito esse planejamento junto ao pessoal do
792 Integra, na sub de meio ambiente, também a gente trabalhou muito intensamente, em especial no
793 PPA, em outras ações que a gente vem desenvolvendo, aderentes ao PPA, que tem um planejamento,
794 um trabalho de planejamento, um trabalho de detalhamento para que a gente consiga alcançar, da
795 melhor forma possível, o que a gente tem se proposto a fazer. Em relação ao que foi falado pelo
796 Gilmar Ogawa, a gente precisa entender um pouquinho, a gente está entendendo que tem a ver com
797 a questão da distribuição de energia e tem que entender isso também nesse contexto com as
798 concessionárias, porque poda, via de regra, não exigem grandes autorizações, muito pelo contrário.
799 Muitas vezes há um simples comunicado de que vai ocorrer aquela poda ou uma simples atividade
800 que não tem uma cobrança maior, quando é supressão, sim, mas quando é poda é algo mais simples.
801 Então a gente precisa entender esse contexto e, se puderem provocar formalmente, a gente busca essa
802 informação também com a Cetesb, com as concessionárias, para entender o que está acontecendo em
803 relação a esse assunto, que não deveria ser algo complexo, muito pelo contrário, deveria ser uma
804 coisa simples e não deveria estar ocorrendo o que ocorre com essas interrupções em decorrência de
805 quedas ou de interferência com árvores. Em relação ao que foi colocado à Comissão de Políticas
806 Públicas, o Anselmo já explicou, que o Andrés trouxe, vou marcar a reunião agora para agosto. O
807 que a Gilda colocou, aí eu peço ao pessoal, tanto o Frigerio e a polícia militar aqui representada pelo
808 coronel Martins, que possa explicar um pouquinho do trabalho, do que é feito lá na fiscalização na
809 ponta, se vocês puderem explanar um pouquinho, até para poder explicar essa tarefa, essa árdua tarefa
810 de fiscalização, mas o que eu posso falar é o seguinte, tem um trabalho muito integrado com a polícia
811 militar ambiental, e a gente tem sido cobrado no litoral norte por uma intensificação das ações de
812 fiscalização. Recentemente, encaminhamos uma demanda dessa para fiscalização, para a gente ter
813 esse olhar e explicar um pouquinho do trabalho que vem sendo feito. Então abro a palavra para o
814 Frigerio, como o Coronel Martins, se quiserem se pronunciar.

815
816 **01:28:23 Rafael Frigerio:** Subsecretário Jonatas, conselheira Gilda Nunes, o subsecretário adiantou
817 bem, a gente tem um arranjo aqui muito bem estabelecido de integração entre a SEMIL e a SSP, na
818 figura da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, e do comando de policiamento ambiental,
819 e justamente atentos ao que o território apresenta em termos de detecção de degradações, ou mesmo
820 de relatos ali de necessidades, de fortalecimento da atuação. A tônica tem sido essa, nós estamos
821 abertos aqui, Gilda, para recepcionar eventuais denúncias, questões pontuais ou casos emblemáticos,
822 para além de todo o olhar que a gente tem de aprimoramento da nossa atuação conjunta no território.
823 É importante salientar que a figura também do Centro Técnico Regional de Ubatuba, que atende os
824 municípios do litoral norte, que também fica à disposição para recepcionar e juntamente também com
825 as companhias, e os pelotões na companhia, e os pelotões da polícia militar ambiental que atuam na
826 região. Passo aqui para o coronel Martins.

827
828 **01:29:28 Cel Dinael Carlos Martins (SSP):** Bom dia a todos e a todas. Quero esclarecer que
829 recentemente foi citada a questão de viaturas. Nós recebemos do estados de São Paulo 61 viaturas, e
830 foram distribuídas para todo o estado, inclusive para São Sebastião, nós mandamos a nossa viatura
831 Ford Ranger zero km para lá para atender as demandas. Na nossa estrutura, cada região tem uma
832 companhia. Somente na região do litoral do estado, nós temos duas companhias sobrepostas. Na
833 região de Ubatuba, a companhia de Caraguá, que pega todo o litoral norte, que é sobreposta com a
834 nossa companhia marítima, a quinta companhia, que faz todo o policiamento no nosso litoral. Então

835 nós temos, na região, duas companhias, comandadas por dois capitães, com os oficiais, com os
836 tenentes ali para a região. Por conta do nosso efetivo, eu fiz gestão ao nosso comando geral, e nós
837 estamos recebendo, só para a região ali do terceiro batalhão, que pega todo o litoral do estado, cinco
838 tenentes que estão em fase de estágio e, até o final do ano, estarão trabalhando na região. Então essa
839 preocupação da conselheira também é a nossa questão da melhoria do nosso efetivo, de trazer pessoal
840 qualificado para trabalhar na região. E eu me coloco à disposição, conselheira, a gente marca um dia,
841 eu desço lá para a região e a gente senta e conversa pessoalmente para ver quais são as demandas e
842 as premências mais urgentes da região. E temos um trabalho intenso na região, um exemplo, nós
843 temos só no primeiro semestre, nós apreendemos mais de 50 toneladas de pescado irregular na região,
844 é uma fiscalização intensa da fiscalização de pesca e também um trabalho coordenado na questão da
845 fiscalização das regiões, que é o caso do desmate, nós temos também um trabalho que a gente está
846 fazendo em conjunto com as CDHU, no sentido de intensificar a fiscalização nas áreas onde há a
847 ocupação irregular, em área de risco para a população, é muito decorrente o episódio que nós tivemos
848 no começo do ano, então, mais ou menos é isso, se passando em linhas gerais o nosso trabalho, mas
849 eu me coloco à disposição, nós marcamos um horário na sua agenda, que combina com a minha e
850 nós conversamos pessoalmente para tratar do que tem sido feito. E eu fico feliz que nós sejamos
851 demandados, porque mostra a importância do trabalho da fiscalização para a conservação do meio
852 ambiente. Esse trabalho que é feito pelo policial ambiental, junto com a nossa CFB de fiscalização,
853 é importante para que nós mantenhamos os níveis adequados, e como tem o estado prosperado em
854 ter um maior controle das condutas irregulares. Estamos à disposição.

855
856 **01:33:00 Jonas Souza da Trindade:** Obrigado. Em relação à questão da estruturação das Unidades
857 de Conservação, litoral norte via recursos de compensação tem espaço, depende do que a Fundação
858 for apresentar para a gente, mas a gente tem tratado desse assunto diretamente, seja do ponto de vista
859 de aquisição de novos equipamentos, seja na questão da estruturação e monitoramento. Eu vou fazer
860 uma apresentação sobre compensação ambiental, e sim, precisamos estruturar e melhorar. Só tem que
861 avaliar a lógica, se é a aquisição de uma embarcação, ou se é o aluguel de uma embarcação, porque
862 se você adquire, você tem a questão de manutenção, tem outras questões associadas, mas isso faz
863 parte da discussão da câmara de compensação, que estou pedindo para o Rodrigo anotar para que a
864 gente possa discutir o assunto. Em relação à questão da ETE, de tratamento terciário, acho que é algo
865 que tem que ser levado à Sabesp, se vocês puderem provocar diretamente, ou via conselho, nós
866 podemos levar o assunto à Sabesp, mas tem que avaliar se há viabilidade técnica e econômica para
867 esse tipo de tratamento local, que a gente sabe que o tratamento terciário, a depender do volume, do
868 tamanho, do porte, pode viabilizar do ponto de vista econômico, esse tipo de tratamento. Estou
869 falando em tese, mas é algo que tem que ser avaliado tecnicamente pela Sabesp, por ser atribuição
870 deles. Em relação ao que foi posto pelo professor Alexandre, parabenizar todo o esforço e o trabalho
871 que o professor tem feito ao longo do tempo em relação ao geoparque. Falar que a Secretaria continua
872 de portas abertas, e gostaria até de entender, depois essa questão do Projeto de Lei da geodiversidade,
873 nós estamos à disposição para tratar dos dois assuntos. Eu conversei com o Rodrigo aqui em paralelo,
874 a importância da gente internalizar e discutir um pouquinho mais em relação à questão dos
875 geoparques. É um assunto assim, o problema é que são muitas agendas. Então eu peço até desculpa,
876 professor, por não ter dado um retorno em relação aquela conversa que nós tivemos alguns meses
877 atrás, mas é um assunto sim que está no radar, a gente tem discutido não só a questão de geoparques,
878 mas também de criação de outras Unidades de Conservação. Acho que semana passada mesmo eu

879 estava conversando com Rodrigo, pedindo um levantamento, algo mais preciso para que a gente possa
880 entender qual é o caminho em relação às Unidades de Conservação no estado de São Paulo. A gente
881 entende a relevância das áreas, mas tem que entender também do ponto de vista institucional, de
882 arranjo, do ponto de vista de estruturação dessas Unidades, que a partir do momento que a gente cria
883 também, a gente tem um compromisso, uma responsabilidade, de ter recursos e de ter gente para
884 poder também cuidar dessas áreas. Então, não é algo que possa ser trabalhado sem uma maior
885 discussão, sem maior aprofundamento, pela seriedade de trabalho que tem que ser feito. Então,
886 elogiar a vinda da Laís, que é super especializada no assunto. Tem mestrado e doutorado na área,
887 então acho que a Fundação Florestal ganha muito com a vinda, e o meio ambiente ainda mais. Então,
888 basicamente, era isso que eu gostaria de falar nessas falas em relação ao que foi posto pelos
889 conselheiros.

890
891 **01:36:30 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor subsecretário, nós vamos agora entrar na
892 Ordem do Dia. Antes de entrar, só queria fazer aqui uma pergunta aos conselheiros, se alguém se
893 opõe a gente utilizar os números dos contatos que nós temos de celular para fazer uma lista de
894 transmissão para algumas, como por exemplo, esse vídeo do manguezal que nós não conseguimos
895 reproduzir aqui. Se a gente puder mandar via lista de transmissão, não vamos fazer grupo, a não ser
896 que vocês peçam, vamos fazer uma lista de transmissão. Então, muito obrigado a todos e a todas por
897 esse momento e vamos entrar então agora na Ordem do Dia, são três exposições, são três
898 apresentações seguidas dos debates. Gostaria aqui, já de antemão, de solicitar aos conselheiros, caso
899 ninguém se oponha, a nós fazermos uma rodada de manifestações para cada uma das pautas. Se
900 ninguém se opuser, nós fazemos a exposição, uma rodada de manifestações, comentários e a gente
901 passa para o outro ítem, a não ser que tenha, obviamente, algum assunto que exija uma determinada
902 réplica, obviamente. Conselheiro Prioste, por favor.

903
904 **01:37:39 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. Não me oponho, mas fica a reflexão sobre a
905 eventual possibilidade de estender o tempo das reuniões plenárias, porque quase todas a gente tem
906 um tempo bastante apertado, com temas bastante — [01:37:51 inaudível]. Então, o CONSEMA serve
907 para isso, para a gente poder se manifestar. Nós até discutimos e aprovamos alterações no regimento,
908 na gestão passada, justamente para isso, né? Então, não me oponho, vamos fazer dessa forma, mas
909 para a gente pensar eventual extensão do prazo ou diminuição da pauta, alguma coisa que facilite o
910 debate.

911
912 **01:38:11 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. De fato, temos uma deliberação ainda
913 da década de 90, que estabelece que as reuniões terão teto às 13 horas. Obviamente que, até por
914 questões fisiológicas, colocado, há um esforço aqui da presidência de inserir pautas que caibam nesse
915 momento, mas fica colocado aqui a reflexão, reforço aqui a colocação do conselheiro até para os
916 demais conselheiros, para a gente ir analisando isso, obviamente, com o decorrer das reuniões,
917 subsecretário, e se houver uma proposta mais adiante a gente colocar também aqui para os
918 conselheiros, então fica colocado aqui. Reforçando que, por enquanto, tem até às 13 horas da reunião,
919 então vamos fazer as exposições seguidas dessa rodada de debate, para a gente poder explorar bem o
920 assunto, mas, obviamente sem avançar muito aqui na nossa energia, nessa capacidade operativa do
921 conselho. Dito isso, passamos então ao primeiro item da Ordem do Dia, que é a apresentação e
922 discussão sobre a situação da compensação ambiental no âmbito do estado de São Paulo. Quem vai

923 fazer a exposição é o subsecretário Jonatas Trindade, já está aqui o arquivo de PowerPoint para todos
924 aqui irem acompanhando. Subsecretário, por favor.

925
926 **01:39:34 Jonatas Souza da Trindade:** Bem, em decorrência da última reunião em que foi tratada a
927 questão da compensação, eu pedi para que fosse incluído um pouquinho para apresentar a situação
928 atual da compensação ambiental. Legislação relacionada, acho que eu vou pular, mas explicando que
929 tem origem lá na lei do SNUC, lei 9985, de 2000. Aí tem um Decreto que regulamenta a questão da
930 aplicação dos recursos de compensação, lembrando que o recurso da compensação é até 0,5% do
931 valor do investimento daqueles empreendimentos de significativo impacto, sujeitos a Eia Rima. E aí
932 nós temos a regulamentação estadual por meio de Decretos e resoluções. Última resolução que houve
933 é aquela da composição da Câmara de Compensação Ambiental mais recente desse ano, com a minha
934 chegada aqui a Secretaria e rearranjo da composição da Câmara. Em relação aos últimos anos, o
935 período de 2019 a 2023, já foram realizadas 14 reuniões ordinárias e mais uma reunião extraordinária,
936 houve a aprovação do regimento interno da Câmara de Compensação, regimento bom. Eu entendo
937 que o modelo adotado no estado é um modelo muito bom na forma de condução. Nós aprovamos
938 projetos que estão qualificados, não há uma destinação sem um projeto prévio, sem a descrição maior,
939 mais detalhada em relação às demandas. Isso fortalece com que a aplicação seja efetiva, isso a gente
940 tem observado ao longo do tempo. E ainda temos alguns planos, 70 planos de trabalho e
941 complementações aprovadas equivalente a 219 milhões em aplicação para a Unidade de
942 Conservação. Do ponto de vista dos planos de trabalhos que foram aprovados nesse período, aí
943 trazendo uma separação por aplicação, nós vemos a questão de regularização fundiária, foram
944 aplicadas 15 milhões, planos de manejo 7,5 milhões, de gestão da biodiversidade 1,300 milhões,
945 gestão do patrimônio, 15 milhões, a questão da proteção, 155 milhões, que é um ponto que a gente
946 tem discutido, e colocamos agora no PPA, a nossa ideia é diminuir o que tem sido executado do ponto
947 de vista de orçamento da compensação, recursos da compensação em relação à proteção, e levando
948 esse recurso para a questão de aplicação do tesouro, então diminuindo a pressão do que tem sido
949 utilizado em recurso de gestão de proteção para recurso de orçamento do estado, e aí essa discussão
950 está sendo feita nesse momento, na nossa proposta orçamentária, até nesse sentido de ampliação desse
951 valor que tem sido destinado de parte do orçamento com essa ampliação ao longo do tempo, para
952 onerar menos que o recurso da compensação. A questão da gestão de uso público, também 19
953 milhões, recursos aplicados em pesquisa, 4 milhões, e também tem estudos de viabilidade econômica
954 e de algumas atividades, 997 mil reais. Então, o total de planos de trabalho aprovados nesse período
955 somam 219 milhões de reais. Aí é o gráfico mostrando mais ou menos essa distribuição e mostrando
956 o peso que tem sido dado em decorrência da questão de recursos, à questão da proteção. Então, como
957 eu falei, a ideia é diminuir um pouquinho desse peso, priorizar demais a linha de aplicação para que
958 esses recursos sejam direcionados para essas outras formas de aplicação. E aí os principais planos de
959 trabalho aprovados nos últimos anos nas Unidades de Conservação, e eu vou apresentar algumas
960 imagens, também tem a ver com o sistema de prevenção e combate a incêndios, vigilância e
961 segurança, restauração do conjunto arquitetônico, por exemplo, do parque estadual da Serra do Mar,
962 caminhos do mar, adequação ambiental e civil no parque estadual da Ilha do Anchieta, Ilha do
963 Cardoso e Morro do Diabo. Então tem uma série de planos de trabalho aprovados, e como falei, esses
964 planos têm sido muito qualificados, com projetos desenvolvidos. Então, a aprovação depende do tipo
965 de projeto para que seja submetido e aprovado na Câmara para que a gente efetivamente execute esse
966 recurso da compensação. Então, mostrando rapidamente, a contratação de asa fixa para combate a

967 incêndios, o desenvolvimento de aceiros com aluguel de máquinas e aquisição de máquinas e
968 equipamentos para a execução dessa atividade de combate a incêndios. Isso tem sido uma tônica
969 muito boa, o material adquirido é de primeira qualidade, os aluguéis têm dado respaldo para que o
970 trabalho de campo seja mais efetivo e de pronta resposta. Adequação civil das estruturas também, o
971 que faz com que a gente consiga prestar um serviço público, de atendimento à população nesses
972 parques, de uma forma mais qualificada. A própria Ilha do Cardoso recebeu uma reforma, a gente
973 entregou essas estruturas bem preparadas para o recebimento dessa população que visita a Ilha do
974 Cardoso, nesse convênio que foi feito com a comunidade. Outras estruturas também, no Morro do
975 Diabo, por exemplo, reformadas. A questão da sinalização e da preparação para o recebimento da
976 população nos parques, exemplo, as trilhas e atrativos desses parques estaduais, a restauração do
977 conjunto arquitetônico do caminho do mar, esse final de semana estive visitando para ver como que
978 estava o funcionamento, um parque muito visitado, houve uma ampliação da visitação, o que faz com
979 que a gente entenda a relevância também desse trabalho para o recebimento da população. A questão
980 do monitoramento, têm sido feitos alguns trabalhos de monitoramento, não só de flora, mas como da
981 fauna silvestre, seja por meio da instalação de câmaras traps, como outras atividades com objetivo de
982 melhorar a condição da vegetação por meio da restauração, resgate e introdução de espécies, como
983 as epífitas nesses locais. A reforma do museu botânico. Essa reforma, o museu ficou lindíssimo,
984 sugiro que vocês façam a visitação, vale muito a pena, está muito bonito, muito cuidado, e vale muito
985 a pena passear no final de semana. Algumas reformas de infraestrutura também, por exemplo, da
986 coleção científica de orquídea, é um ponto assim que tem uma relevância muito grande, considerando
987 o plantel de orquídeas existentes nesse local, algumas delas raras e que precisam de um cuidado por
988 parte do estado. Para entender um pouquinho de como tem sido o recebimento dessas compensações
989 ao longo do tempo, pegando esse espectro de 2019 para cá, o total de recursos recebidos por ano,
990 vocês podem ver que tem uma parcela que é recursos advindos da compensação de empreendimentos
991 licenciados pela Cetesb, e uma boa parte também do Ibama. Nós temos feito gestões junto ao Ibama
992 para que a gente consiga receber um volume maior de recursos de empreendimentos que têm
993 impactos sobre Unidades de Conservação no estado ou de empreendimentos localizados no estado.
994 Esse ano, então, nessa mobilização, nós conseguimos assinar alguns TCCAs com a Petrobras para
995 recebimento desse recurso de 9,400 milhões, e por enquanto, o volume de recursos da Cetesb advém
996 de licenciamentos estaduais, o volume é pequeno e esse é um ponto de preocupação em relação ao
997 que tem vindo de recursos. A gente tem visto que o volume não é algo constante, depende realmente
998 da viabilização de empreendimentos no estado com interface com as Unidades de Conservação. Então
999 a gente observa a necessidade de também fazer uma boa gestão desse recurso, porque o recurso,
1000 apesar de ser um recurso que tem um volume considerável, ele é algo que precisa ser bem trabalhado
1001 para que a aplicação traga o melhor benefício possível nessa aplicação. E aí um extrato, um resumo
1002 do que tem sido feito em relação aos planos de trabalhos aprovados, em execução, nós temos um
1003 volume de 124 milhões em execução de recursos da compensação, nós temos recursos reservados a
1004 destinar, direcionados à Unidades de Conservação afetadas num volume de 33 milhões, que nós
1005 precisamos de planos de trabalho e projetos para que sejam aprovadas aplicações nessas Unidades de
1006 Conservação diretamente afetadas. Também temos um saldo disponível para novas aplicações, novas
1007 destinações, num volume de 67 milhões. Então, somando os 33 com 67, totalizam 100 milhões de
1008 reais de recursos a destinar. Nós temos discutido internamente, essa semana mesmo eu tive uma
1009 reunião para discutir um projeto de restauração de restauro dentro da Unidade de Conservação, em
1010 que nós pedimos um melhor detalhamento do projeto para que seja um projeto realmente pé no chão,

1011 e com detalhamento necessário e suficiente para levar a deliberação dentro da Câmara de
1012 Compensação. Então, e também os tempos e movimentos às vezes não são tão rápidos, em
1013 decorrência da forma do modelo que foi adotado pelo estado, de ter projetos bastante robustos e
1014 qualificados. Basicamente a apresentação sobre compensação ambiental era essa que eu gostaria de
1015 fazer e deixar aberto para contribuições e para intervenções.

1016
1017 **01:50:18 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor subsecretário, vamos abrir agora os debates.
1018 Gostaria de convidar aqueles conselheiros que quiserem se manifestar nesse momento. Temos aqui
1019 o conselheiro Beloyanis Monteiro, conselheiro Resende, conselheiro Fernando Prioste.

1020
1021 **01:50:39 Beloyanis Monteiro:** Anselmo, a minha fala é bem rápida. O secretário poderia
1022 disponibilizar essa apresentação para a gente? Acho importante.

1023
1024 **01:50:48 Jonatas Souza da Trindade:** Sim. vamos disponibilizar todas.

1025
1026 **01:50:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Por favor, conselheiro Roberto Resende.

1027
1028 **01:50:55 Roberto Resende:** Bem rapidamente, eu acho que é interessante saber que as coisas estão
1029 fluindo, que tem bastante recurso, e acho que a preocupação que os conselheiros da sociedade civil
1030 já trouxeram outras vezes, reforçar a importância do acompanhamento mais continuado das
1031 atividades da CCA, para que não fique represadas a informação, eu acho que também através dos
1032 conselhos das UCS, que a gente participa também lá no Vale do Ribeiro e outros, de ter essa, na
1033 medida em que se coloque um site ou uma comunicação mais constante do que está acontecendo, nos
1034 recursos disponíveis, do fluxo de projetos, acho que facilita. A gente tem essa noção, sim, que essa
1035 percepção das pessoas envolvidas, desde os gestores e todas as pessoas em volta das UCs, da
1036 dificuldade que é acessar a CCA, a percepção que fica é essa. Então, acho que mais transparência,
1037 um fluxo mais constante de informação ajudaria a dar mais eficiência ao processo. E também, sem
1038 ressalvas específicas ao trabalho da polícia ambiental, eu acho que é muito oportuno ouvir isso, que
1039 a gente está vendo uma mudança de rumo, porque boa parte daquele recurso lá são aquelas
1040 gratificações da fiscalização, não lembro a sigla agora. A gente sempre teve ressalvas sobre usar um
1041 dinheiro que só existe uma vez da compensação numa atividade de custeio. Então, aquela
1042 desproporção que aparece no gráfico lá é muito grande, acho que foi uma orientação de gestões
1043 passadas, mas acho que é importante ouvir essa sinalização do subsecretário dessa alteração, da gente
1044 aproveitar um recurso, que isso acontece, é excepcional, demanda uma questão específica de um
1045 licenciamento, de uma degradação, uma compensação dentro da lei e gastar com custeio. Então acho
1046 que o investimento em atividades mais estruturantes, em processo, é muito bem-vindo, e dar outra
1047 solução para a questão da fiscalização, que é não gastar esse recurso que é usado uma vez só. Então,
1048 a gente gostaria de assinalar assim uma satisfação com isso, é interessante saber que eu sempre tive
1049 um pouco essa percepção que está gastando muito com fiscalização, que é necessária, todo mundo
1050 aqui tem cobrado, mas talvez o melhor recurso, o melhor o uso desse recurso são outras ações. E acho
1051 que reforçar essa solicitação, de um acompanhamento mais constante, especialmente através dos
1052 conselhos, porque a gente, reforçando que essa informação não chega de uma forma constante e não
1053 seria difícil chegar aos conselhos para facilitar, para evitar esse represamento de recursos, para que
1054 tenha mais contribuição, até na elaboração dos planos de trabalho das propostas, são várias pessoas

1055 ajudando, acho que é uma missão essencial de um conselho, é assessorar a gestão da Unidade para
1056 ajudar a propor, formular e acompanhar esses projetos de uso desses recursos. Obrigado.

1057
1058 **01:53:56 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Resende. Agora, com a fala, o
1059 conselheiro Fernando Prioste. Só informando aqui, também estão inscritos os conselheiros Paulo do
1060 Rêgo, conselheira Gilda Nunes e a conselheira Veronica Sabatina, por favor.

1061
1062 **01:54:10 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. Obrigado subsecretário, por trazer esse tema
1063 a debate. Eu confesso que quando recebi a pauta, entendi que se tratava da compensação por
1064 supressão de vegetação, porque também não veio nenhum documento anexo, e isso dificulta um
1065 pouco o nosso trabalho. Até na gestão passada, nas alterações que nós fizemos no regimento,
1066 estendemos um pouco o prazo da convocação das reuniões para que a gente pudesse ter um tempo da
1067 análise um pouco mais pormenorizada, dos temas de pauta, para poder ter uma contribuição mais
1068 efetiva. E faço coro às manifestações do conselheiro Roberto Resende, e vou me debruçar um pouco
1069 mais nessa reflexão a respeito das Unidades de Conservação e as comunidades tradicionais, a
1070 possibilidade de utilização desses recursos e são várias as questões. A gente tem discutido inclusive
1071 a regulamentação do PRA e do CAR nos territórios tradicionais, e um dos desafios é como lidar com
1072 as áreas degradadas que as comunidades tradicionais recebem a articulação dos territórios, áreas essas
1073 que vêm de terceiros, não quilombolas, e que passam a integrar o território com um passivo ambiental
1074 que não é de responsabilidade dessas comunidades, porque vem de um terceiro, de área degradada.
1075 Assim como outras questões também, como as estruturas nessas Unidades de Conservação e a
1076 necessidade de aporte de recurso para o trabalho, para o desenvolvimento e a proteção ambiental.
1077 Nós estamos em processo de discussão de alguns planos de manejo, entre eles da APA dos quilombos
1078 e essas informações, essas reflexões, a possibilidade eventual de utilizar esses recursos, acho que é
1079 importante. E vou aproveitar também a oportunidade, que eu não consegui me manifestar no
1080 momento anterior a respeito disso, sobre a manifestação do conselheiro Rodrigo aqui, com relação à
1081 reestruturação da Fundação Florestal. Eu acho que é muito bem-vindo trazer esse debate aqui, eu
1082 acho que é absolutamente importante a democratização desse debate, trazer aqui com esse objetivo
1083 de tentar efetivamente viabilizar a participação da sociedade civil. Nós, do Instituto Socioambiental,
1084 temos interesse e disponibilidade de fazer esse debate. Talvez essa questão das datas, a gente possa
1085 mesmo conversar para viabilizar um momento que possamos conversar com mais tempo, e eu acho
1086 que tem temas muito importantes a ser discutidos, que vão dar representação de gênero, raça, etnia,
1087 inclusive nos conselhos das Unidades de Conservação, o caráter consultivo ou deliberativo dos
1088 conselhos das Unidades de Conservação, principalmente pensando nessa participação social com
1089 maior efetividade, inclusive, em como se avalia a indicação dos gestores, das gestoras das Unidades
1090 de Conservação. Enfim, tem muito tema para discutir. Nós temos interesse, acho que a
1091 disponibilidade da Fundação Florestal, da FIA, é bastante importante nesse debate, e acho que a gente
1092 pode conversar isso com mais calma, agendar essas conversas aí, obrigado.

1093 **01:56:58 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Conselheiro Paulo do Rego.

1094
1095 **01:57:04 Paulo do Rego (Educa Brasil):** Bom dia a todos, desculpa, tive que entrar atrasado,
1096 problemas técnicos aqui. Bom, é fácil falar com a fala do Roberto Resende e do Fernando Prioste
1097 também, reiterando a importância de que os recursos eles tenham uma destinação muito mais efetiva
1098 de reparação ambiental, que a compensação deve estar voltada para isso, e não ficar uma discrepância

1099 do tamanho que nós enxergamos na apresentação de um valor que foi para a gestão quase absorvendo
1100 80% dos valores da Câmara de Compensação Ambiental. Então, diante dessas circunstâncias, acho
1101 que é muito importante que a gente busque, principalmente, buscar investimento em pesquisa e
1102 tecnologia. Eu acho que o que a gente vê é um valor ínfimo e a compensação visa justamente a trazer
1103 efetividade ambiental diante dos impactos que geram esses pagamentos. Então, fica aqui a minha
1104 fala, nesse sentido. Eu vou aproveitar só para reiterar, eu vi o secretário colocando a questão da
1105 Sabesp, nós vamos encaminhar sim um ofício. Estava conversando até com a Gilda, no sentido de
1106 que, inclusive, verificar a gestão da Sabesp aqui no litoral norte. A gente tem assistido várias estações
1107 de bombeamento, extravasando nas praias, gerando danos ambientais gigantescos. E difícil de apurar,
1108 inclusive, com odores e essas coisas todas que são realmente uma questão que uma empresa do
1109 tamanho e da importância da Sabesp, a gente não deveria estar vivenciando, mas vamos colocar isso
1110 sim em ofício, e protocolar junto ao CONSEMA e a Sabesp, para que a gente tenha as providências
1111 devidas. Obrigado

1112

1113 **01:59:16 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Conselheira Gilda Nunes.

1114

1115 **01:59:19 Gilda Nunes:** Bom, queria agradecer pela apresentação. Eu acho que foi bastante
1116 importante. Gera uma demanda que a gente já havia trazido outras vezes, mas felizmente agora
1117 conseguimos ter um acesso a essas informações. Eu gostaria de perguntar se é possível informar quais
1118 são as UCs afetadas e quais são os respectivos recursos disponíveis. E também se os conselhos
1119 consultivos das UCs podem ajudar na elaboração de projetos já previstos nos seus Planos de Manejos
1120 para efetivar essa destinação de recursos. Obrigada.

1121

1122 **02:00:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Gilda Nunes. Conselheira Veronica
1123 Sabatino.

1124

1125 **02:00:16 Veronica Sabatino:** Obrigada. Queria parabenizar o assunto em pauta. Acho muito
1126 pertinente a gente colocar clareza sobre esses recursos, a fala de que são recursos excepcionais é bem
1127 interessante também, a gente ter essa clareza para que não entre no dia a dia. E queria fazer uma
1128 observação, Jonas, secretário, porque, nós sempre aqui com o tema municipalista, os municípios
1129 também têm Unidades de Conservação, e uma experiência que eu tive lá em Itu é sobre uma verba
1130 relacionada a este assunto que até hoje eu não consegui saber se ela foi gasta, se ela não foi gasta, se
1131 nós temos direitos ou não, então, é claro, a questão de fazer uma Unidade de Conservação no
1132 município pode ser considerada menos importante que uma Unidade de Conservação estadual. Pode
1133 ser, até pode ser, porque se ela for efetivamente importante, sob o ponto de vista da ecologia e do
1134 sistema das Unidades de Conservação, poderia assumir uma questão estadual. Entretanto, para nós,
1135 municípios, é muito difícil fazer Unidade de Conservação, então não se trata de sair fazendo Unidade
1136 de Conservação, nós não temos verba específica, não temos apoio político, não temos toda essa
1137 agenda historicamente constituída no município, fortemente constituídas para que o município toque
1138 então, na ocasião que eu tive a oportunidade de ter acesso a essa verba, foi há dois anos atrás e até
1139 hoje eu não sei o que que deu, estava se tratando de uma Unidade de Conservação municipal, com
1140 plano diretor, no município que tem Conselho de Meio Ambiente, ou seja, o regramento me permitiria
1141 ter acesso a essa verba de caráter excepcional, isso poderia ser uma questão a ser colocada nessa

1142 distribuição que, referente ao montante pode não ser significativo, mas acaba ajudando a gente nessa
1143 condução da política municipal.

1144
1145 **02:02:30 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira. Antes da gente passar aqui a palavra
1146 aos comentários do Jonatas, mais alguém gostaria de se manifestar? Conselheiro Rodrigo Levkovicz.
1147

1148 **02:02:30 Rodrigo Levkovicz:** Acho que só um comentário, gente, desde que a gente está aqui na
1149 Fundação Florestal, a gente tem levado projetos mais estruturantes para a Câmara de Compensação.
1150 Então, o Pagamento por Serviços Ambientais, monitoramento da biodiversidade, restauração,
1151 proteção. E aí, eu acho que é importante construir, mas eu queria passar para vocês uma experiência
1152 de gestão. Antes de a gente chegar na Fundação, cada Unidade pensava em fazer um plano de trabalho
1153 próprio, o que acontece quando isso ocorre? Colapsa. A parte administrativa você não consegue
1154 executar, porque são, imagina, 119 licitações, 119 projetos. É simplesmente inviável. Então o que a
1155 gente tem conduzido? Temáticas importantes, e eu acho que a gente tem que construir essas temáticas
1156 juntos. E aí, projetos que abrangem a maior parte do território possível, então, o Pagamento dos
1157 Serviços Ambientais, monitoramento da biodiversidade, proteção, restauração, monitoramento, tem
1158 um monte de coisa, mas assim, o que eu vou pedir para vocês, é que, óbvio, sempre tem exceção,
1159 mas para você dar escala nas políticas públicas, a gente tem que pensar em pautas que sejam comuns
1160 ao território mais abrangente possível. Então, esse olhar que a gente está tendo, e aí eu acho que a
1161 construção temática dos projetos são importantes, mas gostaria que a gente tivesse a reflexão que
1162 talvez cada Unidade criar o seu projeto para recursos da compensação ambiental é impossível de ser
1163 executado, e a gente vai ter um delay muito grande, então é mais fácil a gente pensar quais temas são
1164 mais importantes para as Unidades de Conservação, e aí fazer projetos com escala para que a gente
1165 tenha a melhor aplicação do recurso e melhore a condição das Unidades. Claro, tem uma exceção ou
1166 outra, mas eu queria passar essa percepção porque foi uma realidade que a gente chegou com índice
1167 de execução menor que 30%, e hoje a gente está aí acima de 80%, às vezes batendo 90% na execução
1168 dos projetos.

1169
1170 **02:04:56 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Então encerramos essa etapa de debates, essa rodada. Por
1171 favor, com a palavra, subsecretário Jonatas.
1172

1173 **02:05:02 Jonatas Souza da Trindade:** Foi o que o Rodrigo falou por último que eu achei que é
1174 porque é positivo. Apesar das vezes demorar um pouco, por exemplo, para aprovar na Câmara de
1175 Compensação um projeto, pela exigência que tem sido, mas é um modelo que funciona, a aplicação
1176 efetiva. Eu participei da Câmara de Compensação Federal e via que era muito recurso, tem muito
1177 recurso federal, pela quantidade de projetos que tem no Brasil como um todo, mas por falta de projeto
1178 qualificado que traga realmente o resultado e que você possa licitar esse projeto, por exemplo, você
1179 acaba com que a execução fique aquém do possível ou do ideal. Então, esse modelo de São Paulo,
1180 até questionei no início, quando eu cheguei, eu falei, mas funciona? E aí, quando eu comecei a discutir
1181 com o pessoal, realmente vi que funciona. O que eu citei não foi nenhum exemplo da Fundação, foi
1182 outro exemplo que tem a ver com Unidade, em que foi trabalhado um projeto e que a gente discutiu
1183 tecnicamente o projeto e viu que precisava aprimorar para levar ele bastante redondo para a Câmara
1184 de Compensação. Então, tem uma demora do ponto de vista de você levar o projeto maduro, mas tem
1185 um ganho do ponto de vista da efetividade da aplicação desse recurso. Acho que esse é o primeiro

1186 aspecto. A questão da disponibilização de informação colocada pelo Resende, acho que é importante
1187 sim a gente ter uma maior transparência, vou procurar entender porque as atas a gente disponibiliza,
1188 mas entender como é que está o site para criar alguma coisa do tipo que gere essa informação do
1189 ponto de vista mais dinâmico e seja atualizada à medida que for sendo aplicada, porque a informação
1190 a gente tem, é uma informação pública. Eu trabalho muito nessa questão da transparência, se
1191 procurarem saber, vão descobrir que eu gosto, eu acho que essa é a pegada, é trazer transparência
1192 para o que a gente vem executando, e acho importante ter esse olhar de vocês, da importância de
1193 trazer essa transparência, porque nosso propósito é esse, é deixar aberto mesmo, público esse tipo de
1194 informação, não tem porque, não tem nada para esconder, muito pelo contrário. Eu acho que essa
1195 transparência fortalece o trabalho que a gente vem fazendo, e reforça muito também essa questão da
1196 própria aplicação. O que eu falei que é uma briga, é um desafio que a gente vai ter, uma briga entre
1197 aspas, não é uma briga, mas um desafio de reduzir a aplicação de recursos da compensação com esse
1198 olhar mais estratégico e tentar ter apoio, recursos públicos para aplicação, por exemplo, em relação
1199 à fiscalização. É algo que a gente colocou na nossa LOA, nossa proposta de LOA, vai ser uma briga
1200 entre aspas, vai ser uma questão de convencimento, porque quando o estado olha, quando a Fazenda
1201 olha, olha para o recurso disponível, aí quando ela olha, olha, vocês tem 100 milhões, por que que
1202 vocês não aplicam nessa questão? Por que tem que onerar o estado com isso? Então, é a questão
1203 também de convencimento, de explicação da importância do recurso para outras atividades que a
1204 gente entende que são mais estratégicas, e esse é o desafio que a Fundação colocou, e nós estamos
1205 comprando essa necessidade de rever essa proposta nesse sentido. Em relação à questão das Unidades
1206 de Conservação e comunidades tradicionais, colocada pelo Prioste, e a questão do PRA e do CAR
1207 para áreas degradadas, se vocês puderem trazer, tiverem um levantamento, eu acho que pode entrar
1208 na estratégia da restauração. A gente vê como é que a gente pode atuar de forma conjunta com vocês,
1209 que alguns estão dentro de Unidade de Conservação, outros não estão dentro de Unidade de
1210 Conservação, mas é uma pegada que a gente quer fomentar. Eu vou explicar um pouquinho isso na
1211 minha apresentação, daqui a pouquinho, mas assim, é totalmente aderente com a nossa prática, a
1212 gente quer algo regular. Se tem um território quilombola ou uma terra indígena em que há
1213 necessidade, o interesse de restauração, é lógico que a gente pode trabalhar e buscar projetos que
1214 viabilizem dentro dessas Unidades, isso está totalmente aderente a nossa proposta. Você vai ver um
1215 pouquinho da estratégia que está sendo trabalhada na minha apresentação. Essa questão de
1216 representatividade, acho que o Rodrigo pode falar um pouquinho como tem funcionado os conselhos
1217 das Unidades, mas assim, o que eu vejo é um trabalho bastante participativo, intenso nesse trabalho,
1218 pelo menos o pouco contato que eu tive, acho que tem sido uma gestão bastante compartilhada com
1219 todos os atores que se interessam em participar. O reforço do Paulo do Rego em relação à aplicação
1220 do recurso, já falei. A questão das UCs afetadas, eu vou pedir para o pessoal fazer o levantamento,
1221 eu pedi na verdade, daquelas que foram afetadas e que tem recurso próprio. Em relação ao litoral
1222 norte, eu tenho certeza que tem alguns empreendimentos que estão diretamente afetados, decorrentes
1223 de, por exemplo, dos projetos da Petrobras, de petróleo e gás. Então tem algum interface, mas eu pedi
1224 para o pessoal levantar, se não for apresentada aqui nessa reunião, a gente encaminha por e-mail via
1225 Secretaria Executiva do CONSEMA. Em relação ao que a Veronica colocou, é algo que a gente pode
1226 discutir também, Veronica, em relação à aplicação de recursos da compensação e Unidade de
1227 Conservação municipal. No federal, isso existe, tanto para a unidade federal, estadual, como
1228 municipal, e foi um pouco do que eu apresentei, o volume de recursos disponibilizados pelo Ibama

1229 para aplicação nas unidades estaduais diretamente afetadas ou na área de influência dos
1230 empreendimentos.

1231
1232 **02:10:43 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhor subsecretário. Gostaria de aproveitar para já fazer
1233 um retorno aqui, o que o conselheiro Beloyanis falou sobre a veiculação aqui das apresentações.
1234 Então, assim que acabam as reuniões, nossa equipe já encaminha, já deixa disponível lá no site do
1235 CONSEMA. Já aqui, até aproveitando a oportunidade, o endereço ainda é o endereço antigo, da
1236 última gestão que eu vou falar agora é: “www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema”. Lá
1237 você pode ter acesso às deliberações, quando a gente fala em reuniões plenárias, têm as atas, as
1238 convocatórias e as apresentações. Para cada reunião plenária tem uma pastinha específica, todos os
1239 vídeos ficam lá também veiculados na TV CONSEMA, lá tem agenda de todas as atividades. Ainda
1240 está em migração para o novo site da SEMIL, mas esse ainda é o endereço que está aqui colocado.

1241
1242 **02:11:45 Jonatas Souza da Trindade:** Só para falar um pouquinho rapidamente em relação à
1243 transparência e o compromisso que a gente fez na última reunião, na questão do boletim informativo.
1244 Eu fui conversar internamente com a nossa assessoria de comunicação e disseram que é um modelo
1245 que não funciona muito bem. E aí eu conversando com o Anselmo, a gente adotou a estratégia de
1246 encaminhar semanalmente um e-mail com tudo que vem ocorrendo para que vocês possam estar
1247 atualizados do que a Secretaria tem trabalhado. Não sei se é o modelo ideal, ainda vou fazer uma
1248 discussão, não tive como sentar, a conversa foi muito rápida com a assessoria de comunicação. Eu
1249 mandei até um modelo de boletim que eu adotava na época, enquanto estava no Ibama, que é um
1250 boletim informativo, a resposta foi, ó, isso não funciona, não é uma prática, não é o modelo ideal, e
1251 o boletim também demora um pouquinho para ser produzido. Acho que o envio do e-mail, você
1252 captando aquelas mensagens, o que ocorreu na semana, eu acho que é mais rápido do que construir
1253 o boletim. O boletim, por exemplo, em âmbito federal, lá na diretoria que eu conduzia no Ibama, era
1254 bimestral, então demorava dois meses e eram matérias também, não só matéria divulgada no site.
1255 Eram assuntos relacionados a licenciamento e tinha um olhar muito mais interno, divulgação das boas
1256 práticas do licenciamento ambiental. Então funcionava bem nesse sentido, de difusão de boas
1257 práticas, e aí o formato, acho que a gente pode discutir depois um outro modelo, nossa página também
1258 está sendo reformulada da internet e, logicamente, a gente quer melhorar essa transparência, e nos
1259 colocamos à disposição para contribuições em relação a isso.

1260
1261 **02:13:22 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor secretário. Obrigado aos conselheiros pela
1262 oportunidade. Vamos passar então agora o segundo item de pauta, que também é a apresentação e
1263 discussão sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais no estado de São Paulo, também mais
1264 uma pauta em devolutiva as colocações que foram feitas nas últimas plenárias. A conselheira Maria
1265 Cristina Oliveira de Lima Murgel, nossa Cris Murgel, representante da Secretaria de Agricultura e
1266 Abastecimento, gentilmente se dispôs a fazer essa exposição novamente, seja bem-vinda, Cris
1267 Murgel, já está colocada a apresentação, só vai disponibilizar. Então, com a palavra, Cris Murgel. A
1268 gente tem adotado 15 minutos. Obviamente, se precisar de mais tempo para concluir, a gente vai
1269 sinalizando, Cris, obrigado.

1270
1271 **02:14:13 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Primeiramente, queria aqui registrar o nosso
1272 agradecimento da Secretaria da Agricultura, a secretária Natalia, ao subsecretário Jonatas, pela

1273 inclusão na pauta. Em nome do nosso secretário, doutor Antônio Júlio, e de toda a equipe da
1274 Secretaria, esse é um assunto de muita relevância na nossa pasta, não só para nossa pasta, para o
1275 estado de São Paulo, e para nós é sempre muito oportuno e satisfatório de vir a esse conselho
1276 compartilhar, não só os avanços que estamos tendo, mas principalmente os desafios. A gente costuma
1277 dizer lá na Secretaria que estamos aterrissando o Código Florestal no estado de São Paulo, e toda vez
1278 que a gente aterrissa, a preocupação é enorme. A gente tem que ter uma pista muito boa, a gente tem
1279 que ter uma sinalização muito boa e a gente tem que ter confiança, confiança de que nós vamos
1280 aterrissar de forma correta. E isso tem sido internalizado na nossa pasta, todos os esforços estão sendo
1281 feitos, não só nessa gestão, isso inicia na gestão passada, e a cada troca de secretário o que foi sentido
1282 pela equipe é a continuidade. É uma pauta que não foi interrompida e que segue de forma muito firme
1283 na nossa pasta. Eu trouxe aqui uma apresentação, ela está com 40 slides, eu tenho 15 minutos. Mas
1284 eu procurei por um maior número de informação que temos nesse momento para que isso fique como
1285 um documento, um registro, obviamente, não tem a pretensão dela ser exaustiva, a gente sempre
1286 esquece alguma coisa, até estava notando aqui, estava revendo a apresentação, mas fica como um
1287 registro inicial, até para que a gente possa ter outras oportunidades de estar trazendo aqui onde
1288 estamos, o que estamos fazendo, o que estamos vendo para frente. Então eu vou passar aqui. Eu dividi
1289 em cinco partes a apresentação, brevemente, alguns conceitos que são importantes para o
1290 entendimento dessa matéria, como temos caminhado ao longo do tempo, onde nós chegamos, onde
1291 nós precisamos chegar e quais as ações que nós temos agora em andamento, que estão aí na nossa
1292 mesa. Como conceito, eu acho que é importante, talvez, eu peço desculpas àqueles que acompanham
1293 essa matéria há muito tempo, mas a regularização ambiental dos imóveis rurais ela é trazida aí pela
1294 12.651, principalmente a definição no Decreto Federal, e ela depois é recepcionada pela nossa
1295 legislação, a lei 15.684, em 2015, trazendo a regularização ambiental dos imóveis rurais, totalmente
1296 aderente ao Código Florestal Brasileiro. O código de 2012, o novo Código Florestal, traz dois
1297 instrumentos que são importantíssimos, um deles é o Cadastro Ambiental Rural, que é o registro
1298 público, há um registro público eletrônico, auto declaratório, obrigatório para todos os imóveis rurais,
1299 e traz também o PRA, que é o programa e a possibilidade que o novo código trouxe da regularização
1300 dos imóveis. E o PRA e o conceito de regularização, eles têm uma suma importância no estado de
1301 São Paulo. Quando a gente considera o histórico de ocupação desse estado, e o fato desse estado já,
1302 em 1965, que é o grande marco do Código Florestal, já está praticamente ocupado. Então, aquilo que
1303 se traz na lei de 2012, como possibilidade de regularização, torna-se extremamente relevante no nosso
1304 estado. Como é que a gente tem encaminhado ao longo do tempo desde que se publicou a lei de 2012,
1305 a lei 12.651? Logo em 2013, o estado de São Paulo já define a competência sobre o Código Florestal
1306 no estado, a então Secretaria do Meio Ambiente, e implanta o seu sistema próprio, o SICAR/SP,
1307 recepcionando já em 2013, o início das inscrições do Cadastro Ambiental Rural. Isso acontece logo
1308 de saída, nesse momento, a Secretaria do Meio Ambiente, como órgão executor da política pública,
1309 e a Secretaria da Agricultura entra como apoio aos pequenos e médios produtores na inscrição desse
1310 cadastro. Já em 2014, o governo federal publica duas instruções normativas muito importantes, que
1311 são as instruções que dão todas as definições do que vem a ser o cadastro, do que deveria conter esse
1312 cadastro, o que é o imóvel rural, o pequeno imóvel, o grande imóvel, vem tudo pela normativa do
1313 MMA, em 2014. Em 2015, em função do processo de judicialização da lei federal, o estado de São
1314 Paulo inicia a sua regulamentação do Código Florestal aqui, através de uma lei, a lei 15.684, e
1315 regulamenta o Código Florestal, principalmente o Programa de Regularização Ambiental no estado
1316 de São Paulo, é regulamentado pela lei de 2015. Essa lei também sofre um processo judicial, também

1317 é questionada, e esse questionamento vai se estendendo até 2018, praticamente. Em 2017, em função
1318 de termos casos de imóveis rurais que estavam respondendo processos judiciais e que precisavam ter
1319 uma resposta sobre a sua regularização, o estado de São Paulo publica resolução SMA 4617,
1320 estabelecendo casos prioritários que poderiam ser analisados enquanto Programa de Regularização
1321 Ambiental, não fosse totalmente implementado em função das pendências, da discussão que se
1322 travava ainda na justiça. Em 2018 é que ocorrem as decisões do Supremo Tribunal Federal e do e
1323 Superior Tribunal de Justiça, em São Paulo, pacificando os questionamentos, e dando então a
1324 possibilidade da gente avançar na implementação das duas leis, a lei federal e da lei estadual. A gente
1325 tem, em 2019, uma reforma administrativa no estado e uma transferência de competência, a
1326 competência sobre a regularização ambiental passa a ser da pasta da agricultura, entendendo, naquele
1327 momento, que a questão da regularização ambiental dos imóveis rurais deveria ser trabalhada junto
1328 às demais políticas da agropecuária paulista. E nós tínhamos, então, de 2019 a 2020, nós trabalhamos
1329 o período que a gente fala da transferência de competência. É uma competência que é trabalhada,
1330 nesse momento, de forma muito compartilhada. O sistema, o SICAR, permanece hospedado na
1331 Secretaria do Meio Ambiente, e aí então a gente começa a transferência, inclusive, de quadros para a
1332 Secretaria da Agricultura, para que a nova pasta pudesse recepcionar a demanda. E já no final de
1333 2019, é feito um levantamento pelo estado de São Paulo de que nós tínhamos, em sistema, cerca de
1334 380 mil cadastros já inscritos. Lembrando que em 2018 o estado de São Paulo atinge 98% da sua área
1335 cadastrável já registrada em sistema, portanto, o produtor tinha feito a parte dele, tinha apresentado
1336 o seu cadastro. Nós tínhamos cadastro já inscritos desde 2013, que não tinham tido ainda a resposta
1337 do poder público, esse era o quadro no final de 2019. Nós tínhamos, nesse momento, menos de 1%
1338 daquilo que estava em sistema em análise, obedecendo uma sistemática tradicional de análise, e esse
1339 era o quadro então que nós tínhamos. Em 2020, logo no início de 2020, detecta-se também a seguinte
1340 situação: nós tínhamos ausência na regulamentação estadual, de quais os parâmetros e referências
1341 para a aplicação da lei de forma integral. E aí quando a gente fala a lei de forma integral, a gente está
1342 falando exatamente dos critérios e parâmetros para aplicar aquilo que está nas disposições transitórias
1343 do Código Florestal, que é a possibilidade de olhar, e a obrigatoriedade que temos de olhar o passado,
1344 de avaliar a situação, conforme a legislação à época da abertura dos imóveis. Isso ainda não tínhamos
1345 os critérios e as diretrizes para aplicação, principalmente do artigo 68. E aí que vem, em 2020, os
1346 regulamentos da lei estadual, trazendo sim as métricas e referências para que a gente pudesse avançar
1347 na análise desses cadastros, com aplicação integral daquilo que está, tanto na lei federal quanto na lei
1348 estadual. A gente avança a partir desses decretos para a instituição de um programa, o Programa Agro
1349 Legal, que traz critérios e diretrizes para que a gente pudesse trabalhar e elevar o status da matéria
1350 num nível de programa possibilitando a Secretaria da Agricultura aplicar mais recursos e ter uma
1351 estrutura, de fato, para a aplicação dessa política pública. O Programa Agro Legal, em sequência, já
1352 em 2021, foi incorporado, a meta do Programa Agro Legal, de recomposição de 800 mil hectares, é
1353 incorporada no programa Refloresta. Ela, junto com o Refloresta, compõe a meta global de
1354 recomposição do estado, que é de 1,5 milhão de hectares. E aí, então, em 2021, já numa decisão
1355 tomada lá atrás, no finalzinho de 2019, faz finalmente a integração do sistema paulista com o sistema
1356 federal, tendo em vista, já objetivando o uso dos mecanismos automáticos de análise, até para superar
1357 o passivo que nós tínhamos de cadastros. Já em 2021, também a Secretaria da Agricultura promove
1358 uma reestruturação interna, de forma a dar um status de assunto estratégico da regularização
1359 ambiental, ou seja, ela passa a permear toda a estrutura da pasta. Em 2022, com a operacionalização
1360 do novo sistema, a regularização ganha realmente escala no estado. Nós começamos então a processar

1361 os cadastros, que vamos mostrar mais na frente como isso está ocorrendo, e começamos a trabalhar
1362 toda a customização do sistema, do novo sistema, incorporando não as nossas regulamentações, mas
1363 todos os procedimentos administrativos necessários. Alguns marcos importantes ainda em 2022, que
1364 trazem e vão reforçando o papel da regularização. A gente tem o PAC 2050 incorporando as metas
1365 do Refloresta e do Agro Legal e temos a virada de governo no finalzinho de 2022, e iniciamos essa
1366 nova gestão trabalhando o Agro Paulista Mais Verde, que traz a regularização ambiental como um
1367 carro chefe no seu eixo dois, dentro da sustentabilidade do Agro Paulista, a regularização ambiental
1368 e a regularização fundiária passam ser a base da sustentabilidade. Não há como falar na
1369 sustentabilidade se não trabalharmos a regularização desses imóveis em toda a sua dimensão. A gente
1370 tem, em 2023, o plano safra, trazendo a regularização ambiental como um bônus, ou seja, cadastro
1371 validado significa desconto de 0,5% nos juros de financiamento. Isso dá toda uma nova dimensão,
1372 totalmente diferente e um olhar e uma pressão sobre o poder público muito grande, uma
1373 responsabilidade muito grande. Nós vamos ter também a lei federal 14.595, que não só mudou o
1374 prazo de adesão ao PRA, mas ela vincula adesão ao PRA ao CAR validado. Eu não posso aderir ao
1375 PRA se o poder público não validar o meu cadastro e não disser o tamanho do meu passivo, o tamanho
1376 do meu ativo e onde está a minha área consolidada, isso muda totalmente de figura. Então, esse é o
1377 panorama de como temos caminhado e onde nós estamos em termos da responsabilidade com essa
1378 política pública. Aqui, brevemente, o que é o novo SICAR e o mecanismo automatizado. Nós temos
1379 um sistema, um sistema desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro, disponibilizado a maioria
1380 dos estados, eu acho que todos os estados hoje tem essa ferramenta. É um sistema que trabalha com
1381 parametrizações, então a entrada pela legislação federal e a legislação específica de cada estado, ele
1382 é customizado com todos os insumos necessários, então as bases de referência, os parâmetros legais,
1383 as normas, enfim, isso tudo sobe para o sistema, e o processamento das declarações gera um resultado,
1384 que a saída desse sistema é um CAR validado, mostrando claramente o que é objeto de regularização
1385 ambiental, o que não tem pendência e o que poderá, futuramente, ser utilizado como um ativo no
1386 mecanismo do CAR. A arquitetura desse sistema, eu vou passar bem rapidinho, ele é formado por
1387 vários módulos, eu tive até que dividir em dois slides aqui a quantidade de módulos que ele tem. Nós,
1388 ao recebermos essa arquitetura, nós recebemos o que os especialistas dizem como código-fonte
1389 compilado, ou seja, o estado, até o momento, teve liberdade para customizar determinadas
1390 funcionalidades, mas não todas. Lembrando que o estado de São Paulo é o primeiro estado a
1391 operacionalizar esse sistema em escala, portanto, muito do que está ocorrendo no estado de São Paulo
1392 está retornando ao Serviço Florestal Brasileiro como um feedback para melhoria do próprio sistema,
1393 porque só era possível avaliar a efetividade do sistema quando ele operasse em escala. Então nós
1394 recebemos boa parte desses módulos e ainda complementamos algumas funcionalidades que não
1395 complementamos aqui, no ambiente do estado de São Paulo, alertando ali o Serviço Florestal
1396 Brasileiro das necessidades futuras. Isso aqui é um esquema que coloquei aqui, não vou entrar em
1397 grandes detalhes, para ficar como registro, como é que é o fluxo dentro desse SICAR, como é que
1398 isso, ele tem uma etapa de revisão de dados, onde ele compara aquilo que foi declarado com os
1399 parâmetros do sistema e uma outra etapa, ele verifica pendências ou não, nessa comparação, e uma
1400 outra etapa que é chamada a etapa de regularidade. Para que a gente atuasse com um sistema desse
1401 tipo, desde o início, foram colocados alguns critérios que seriam pilares, que sustentariam essa
1402 operação. O primeiro deles é ter critérios seguros. Nós não poderíamos ter um sistema automatizado
1403 se esses critérios não viessem por formas normativas e que eles não fossem pactuados. Pactuados, eu
1404 digo, entendidos por todos da mesma forma. Nós teríamos que ter nesses sistemas bases de

1405 referências oficiais e compatíveis. Não havia como voltar ao passado sem uma oficialidade, não havia
1406 como voltar ao passado de forma, numa interpretação individual de cada técnica. Então, isso foi um
1407 ponto exaustivamente discutido e trabalhado, de forma que a gente chegasse na configuração desse
1408 sistema. Haveria necessidade de engajamento do poder público, manter um sistema em operação,
1409 com um volume de processamento que ele tem, depende, sim, de uma estrutura de hospedagem,
1410 depende de um suporte contínuo e depende de auditorias constantes. E a comunicação com todas as
1411 partes, a regularização ambiental não é só o procedimento administrativo na ponta, mas ela é uma
1412 comunicação com todos os órgãos e com todas as partes interessadas, de forma que ela seja entendida
1413 e absorvida em todos os procedimentos onde ela tem a interface. Como temos caminhado, não é? A
1414 gente tem aqui a regularização permeando por todas as instâncias da Secretaria, desde o gabinete até
1415 a Coordenadoria de Tecnologia, lógico que a CAT é o órgão executor, mas o gabinete trabalha com
1416 todas as suas coordenações atuando nesses processos e nessas interlocuções. A gente tem trabalhado
1417 em vários eixos, a gente não tem trabalhado só no sistema, a gente tem trabalhado e permeado todas
1418 essas lentes, desde o arranjo institucional até interlocução com os órgãos externos. E eu vou passar
1419 um pouquinho mais rápido isso aqui porque já me falaram que passou 20 minutos. No arranjo
1420 institucional, iniciado em 2019, chegando aqui em 2023 como uma meta de governo, não só uma
1421 meta da pasta, mas uma meta de governo, e isso mudou toda a nossa cobrança mensal quanto aos
1422 avanços que estamos tendo. O arcabouço normativo desde 2015, chegando aqui em 2023, já com
1423 vários procedimentos e com a publicação agora do segundo volume afeto à regularização, que é o
1424 volume da compensação ambiental que está sendo trabalhado junto com a SEMIL, isso aqui fica para
1425 vocês todas as normas que estamos fazendo. Nos recursos tecnológicos, e aqui eu destaco não só
1426 customização dos módulos, não só a implementação dos módulos que recebemos, mas esses em
1427 vermelho são ações exclusivas do estado de São Paulo, módulos que foram desenvolvidos aqui para
1428 que pudesse ter uma operacionalização completa desse sistema. Agora no mês de maio, nós
1429 finalizamos um módulo de regularização ambiental, passando ainda por ajustes na formatação final
1430 do PRADA e do termo de compromisso que vão ser gerados eletronicamente pelo sistema, com
1431 previsão de conclusão agora, dia 10 de agosto. Nós, em termos de recursos humanos, nós tivemos um
1432 reforço em 2020, na contratação de 170 técnicos terceirizados que foram distribuídos nas nossas 40
1433 regionais para fazer o que nós chamamos de busca ativa do produtor. Isso foi necessário, dada a data
1434 que nós temos esses cadastros, e a quantidade de oficinas que fizemos. Durante os três anos, nós
1435 contabilizamos 55 oficinas internas, isso é comandado pelo centro de capacitação da CATI, e fora as
1436 oficinas externas, todas as entidades que nos pedem, nós temos levado a capacitação, agora,
1437 atualmente, nós estamos trabalhando com a polícia militar ambiental do estado de São Paulo, já
1438 fizemos uma oficina, temos previsão de cinco oficinas para o corpo efetivo da polícia e também com
1439 o Ministério Público de São Paulo, que também integrou o nosso sistema como usuário interno do
1440 sistema em abril desse ano. Aqui o atendimento ao usuário, quando ganhamos escala nesse assunto,
1441 obviamente o atendimento do usuário passou a ser de suma importância. Nós saímos, de janeiro de
1442 22, com 3 mil usuários externos e chegamos a mais de 110 mil usuários agora no mês de julho. E aí,
1443 do lado direito, os usuários internos, ou seja, todas as instituições que têm acesso pela intranet do
1444 sistema. Aqui é só uma demonstração muito rápida, foi preciso estabelecer um Fale Conosco
1445 específico do Cadastro Ambiental Rural na Secretaria, por onde nós temos uma destinação direta da
1446 demanda a nossa regional. Esse é um índice de atendimento das demandas. O sistema foi instalado
1447 em abril, isso é o resultado agora de 25 de julho, ou seja, 70% do que entrou foi encerrado, e aquilo
1448 que está em atendimento, são os casos de erro no cadastro, algum problema no processamento, que é

1449 direcionado ao nosso suporte. A gente tem aqui a interlocução com todos esses órgãos. Atualmente
1450 a gente está numa conversa, já iniciamos uma conversa com a corregedoria dos cartórios, com o
1451 Ministério Público, temos tido reuniões diretas, e com as prefeituras que nos pedem, enfim, todos os
1452 órgãos que temos nos comunicado constantemente. E onde chegamos. Aqui, eu peço um pouquinho
1453 mais de tempo, que eu acho que esse é o que todo mundo nos pede em termos de números. Nós
1454 chegamos, esse número é de 10 de julho. O sistema hoje tem 425 mil cadastros inscritos, sendo que
1455 cerca de 8 mil cadastros foram cancelados desde a migração do sistema. Nós tínhamos muita
1456 duplicação de cadastro, e com isso nós fomos. E, obviamente, quando o proprietário revisita o seu
1457 cadastro, muitas vezes ele cancela porque ele já fundiu com outro, ele já desmembrou, então esse
1458 movimento é constante. Então, nós temos hoje 416 mil cadastros ativos no sistema. Essa é a
1459 distribuição pelas nossas regionais. Vocês percebam que isso é bastante heterogêneo. Nós temos
1460 regionais, como Sorocaba, que tem 20 mil cadastros inscritos e temos regionais como Marília, que
1461 tem 5 mil cadastros. Isso depende do número de municípios, mas também do perfil de propriedade
1462 que nós temos em cada região. Aqui faltou uma informação importante, 87% desses cadastros são
1463 menores que quatro módulos fiscais, ou seja, 360 mil cadastros mais ou menos são menores que
1464 quatro módulos fiscais, e 55, 56 mil estão na categoria maiores que quatro módulos fiscais. Nós
1465 temos, dos 35 cadastros de territórios quilombolas, nós temos 270 de comunidades tradicionais, e
1466 temos perto de 1300 na categoria assentamentos, porém assentamentos, nós temos muitos cadastros
1467 que foram feitos como lotes individuais, e essa limpeza está sendo feita junto com o Itesp para que a
1468 gente tenha uma gestão melhor sobre esses cadastros. De tudo que nós temos ativos no sistema, a
1469 gente já processou em sistema 93%, ou seja, 386 mil cadastros já passaram pelo fluxo dinamizado e
1470 já tem uma análise disponibilizada. Isso não significa que eles são validados, significa que foi
1471 analisado, verificado o que foi declarado, muitos em pendência, muitos, vocês vão ver mais para
1472 frente onde está sinalizado a pendência ou a necessidade de retificação, e 7% não entrou no fluxo
1473 dinamizado, ou seja, foram separados por critérios de elegibilidade ou porque estavam judicializados,
1474 enfim, teve uma série de critérios que estabelecemos no início do processo. E daquilo que nós
1475 processamos, ou seja, os 386 mil cadastros que processamos, quantos dessas análises que foram
1476 disponibilizadas, nós atingimos? Agora em julho, 27% de verificação pelo produtor, ou seja, o
1477 produtor acessou o sistema, recebeu a mensagem na sua central do proprietário e verificou a análise
1478 que foi feita, então 104 mil produtores fizeram esse movimento. Essa é a evolução dessa verificação,
1479 nós tínhamos em janeiro, 42 mil verificações, passamos a ter 104 mil agora em junho e isso tem sido
1480 uma busca constante e um esforço constante de chamar de volta esse produtor a visitar seu cadastro.
1481 Muitos produtores acharam que fizeram o cadastro e se regularizaram, então esse é um grande desafio
1482 que nós temos. Dos cadastros que verificamos, cerca de 21%, ou seja, 21 mil foram validados, ou
1483 seja, o produtor aceitou a análise, não tinha pendência e o cadastro saiu validado. 79% teve que sofrer
1484 algum tipo de retificação ou o produtor recusou a análise, porque ele tem o direito de fazer isso, então
1485 é essa a situação que nós temos hoje. Nós temos 82 mil cadastros que foram analisados pelo fluxo
1486 dinamizado, foram verificados pelo produtor, sofreram retificação ou foram rejeitada a análise. O que
1487 acontece quando um cadastro é rejeitado? Ou ele fez uma retificação pequena de domínio, de
1488 documentação, alguma coisa que estava faltando, isso volta para o fluxo dinamizado, normal, ou ele
1489 faz uma retificação numa informação de GEO, por exemplo, e aí ele retorna para a equipe. Ele tem
1490 obrigatoriamente que ser verificado pela equipe para ver que tipo de modificação ele fez, o que ele
1491 contestou na análise pelo fluxo dinamizado. Então hoje nós estamos batendo 60 mil cadastros que
1492 estão para análise de equipe. O que é isso? Isso é os 29 mil iniciais que não entraram no fluxo

1493 dinamizado, somados aos 31 mil que foram rejeitadas as análises e que passam agora, ou que foram
1494 retificados, e que passam a integrar a análise de equipe. Além disso, nós temos, nesses 60 mil,
1495 cadastros que são demandados por órgãos externos, principalmente o Ministério Público e o Tribunal
1496 de Justiça, esse é o levantamento que fizemos em maio, e identificamos seis regionais onde há um
1497 grande volume de cadastros com pendências, ou o Ministério Público ou o Tribunal de Justiça que
1498 demandam verificações de decisões judiciais e, enfim, uma complexidade maior. A validação dos
1499 cadastros também não segue uma homogeneidade em todo o estado, a gente tem aí um quadro
1500 daqueles 21 mil validados, como é que eles estão distribuídos, e essa tabela tenta mostrar o seguinte,
1501 eu tenho região onde a validação está batendo, daquilo que foi verificado pelo produtor, eu validei
1502 73%, como é o caso de Santos, e tenho região que eu validei menos de 10% do que foi verificado,
1503 isso tem a ver muito com o perfil de produtor, mas não só, isso é algo que nós estamos tentando
1504 entender como é que é esse comportamento, mas não é um comportamento homogêneo em todo
1505 estado. Dos cadastros validados hoje, nós temos a seguinte situação, nós temos cerca de 53% com o
1506 passivo, ou seja, são cadastros que vão agora para um módulo de regularização e integrarão o
1507 Programa de Regularização Ambiental, e temos 47% que já foram totalmente validados, cerca de 10
1508 mil cadastros. Esse é o primeiro mês que essa curva se inverteu, até junho era o contrário. Eu tinha
1509 mais cadastros sem passivo do que com o passivo, esse mês essa curva dá uma pequena invertida.
1510 Aqui a distribuição no estado, nós temos feito esse acompanhamento, de como isso está distribuído
1511 no estado, com passivos e sem passivos. Lógico que a amostra ainda é pequena face ao universo todo
1512 que temos, mas é um indicador que precisamos acompanhar, até para subsidiar outras políticas. Isso
1513 aqui é um painel interno, ainda que esteja em construção, nós temos hoje a condição de acompanhar
1514 município a município, como está sendo a validação e a verificação. Estamos integrando, nesse
1515 painel, outros indicadores, como passivos de vegetação, passivo em APP, passivo em reserva legal,
1516 termos de compromisso, para que a gente tenha um dashboard público. Então, aqui é um exemplo,
1517 selecionando o município de Jaú, com todos os dados nesse município; aqui por regional; aqui, uma
1518 outra consulta pública que é possível fazer, nós já disponibilizamos na nossa página, na Mapas CAR,
1519 onde você tem todos os polígonos e todos os números de cadastro da base estadual, isso está público,
1520 assim como, nessa ferramenta, todas as bases que compõem o sistema são de acesso público. E onde
1521 precisamos chegar, aí é o grande desafio. O governo atual colocou até 2026, 100% da regularização,
1522 né? Então, esse é o tamanho do nosso desafio que nós temos pela frente. E aqui, rapidamente, o que
1523 nós estamos fazendo. A gente tem um trabalho contínuo junto a esse sistema. A gente já está numa
1524 interlocução, até uma possibilidade que foi aberta aqui pela SEMIL Junto à ABEMA (Associação
1525 Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente), a Secretaria da Agricultura, junto com outros
1526 estados, tem promovido, participado de entendimento junto a essa SFB para a continuidade do
1527 sistema e o aperfeiçoamento desse sistema. A gente tem trabalhado no monitoramento, na evolução
1528 desses resultados constantemente, para que possamos ter uma gestão melhor dessa situação toda. Um
1529 diálogo constante com os diversos atores, e a continuidade dos treinamentos, tanto os internos quanto
1530 os externos. E, obviamente, termos de cooperação que temos feito, agora estamos assinando com o
1531 CREA, assinamos recentemente com o Ministério Público e com isso a gente pretende ir
1532 aperfeiçoando o nosso trabalho. Bom, eu paro aqui. Peço desculpas se me estendi um pouco, esse é
1533 um tema difícil de falar em poucos minutos, nem todos dominam com tantos detalhes, mas a gente
1534 fica à disposição, não só na minha pessoa como de toda equipe da Secretaria.

1535
1536 **02:50:22 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Cris Murgel, inclusive pela

1537 profundidade até da exposição. Acho que é muito pertinente a esse conselho. Nós vamos passar então
1538 aos conselheiros que querem se inscrever para fazer suas manifestações agora, nessa rodada de
1539 debates. Conselheiro Fernando Prioste, conselheiro Resende, temos também o conselheiro Paulo
1540 Nelson do Rego. Perfeitamente, vamos começar então, conselheiro Fernando Prioste, por favor. E a
1541 conselheira Veronica.

1542
1543 **02:50:52 Fernando Prioste:** Bom dia, conselheira Cristina, muito obrigado pela apresentação, por
1544 trazer esse tema ao debate. A primeira questão é na linha do que conversei com o conselheiro Jonatas
1545 no começo, se a gente tivesse recebido as informações, a gente tinha melhor condição de lidar com
1546 elas, processar. Se foi difícil para a senhora falar rapidamente, já com o PowerPoint, para gente mais
1547 complexo ainda lidar com isso. Mas é um tema que a gente tem discutido aqui há uns três anos, então
1548 é um tema que a gente tem domínio e tem como discutir. Duas questões que a gente já discutiu sobre
1549 isso, mas eu não posso deixar de revisar, é que na minha forma de ver, e não é minha, Fernando, mas
1550 o Instituto Socioambiental, o Cadastro Ambiental Rural ele é uma espinha dorsal, não
1551 necessariamente da regularização ambiental dos imóveis rurais, mas da questão ambiental no estado
1552 de São Paulo, e que na nossa forma de ver a competência da Secretaria de Agricultura para lidar com
1553 essa questão, expressa uma espécie de conflito, inclusive, de interesses, entre aquele que vai ser
1554 regularizado, vamos dizer assim, o proprietário ou possuidor de imóvel rural e a estrutura do próprio
1555 estado de São Paulo, que lida com as questões ambientais. Isso tem relação, inclusive, com as
1556 questões relativas ao abandono do sistema próprio paulista, a integração desse sistema com o Sigam,
1557 que foram questões que nós já discutimos, inclusive nesse conselho, em alguns momentos, e eu passo
1558 rápido por esse ponto, sem deixar de tratar dele, porque pra mim, para o Instituto Socioambiental, é
1559 algo muito importante e que foi objeto de debate, inclusive, em âmbito federal, na medida provisória.
1560 Então acho que é algo, sobretudo, da política ambiental do estado de São Paulo, e isso não está
1561 hospedado na Secretaria de Meio Ambiente. Para nós é uma questão fundamental. Sobre isso, e as
1562 integrações do sistema, a gente já discutiu, o Sigam, o SAE, eu acho que o Roberto Resende vai se
1563 aprofundar um pouco mais sobre esse tema, e nós estamos discutindo, especificamente, com relação
1564 aos povos e comunidades tradicionais, que é a competência que remanesce aqui na SEMIL,
1565 especificamente nesse tema, a elaboração de uma normativa, e eu acredito que vai precisar ser uma
1566 normativa conjunta entre as duas secretarias para tratar desse tema, e uma das questões centrais ali é
1567 justamente a sobreposição entre os imóveis rurais privados e os territórios de povos e comunidades
1568 tradicionais, sejam eles titulados ou não. Então, a primeira questão, nessa análise toda, é como se deu
1569 a análise, se ela ocorreu, desses imóveis rurais privados, sejam propriedades opostas, sobrepostas aos
1570 territórios de comunidades tradicionais, e também as Unidades de Conservação. O último diálogo
1571 que nós tivemos é que essas análises, a princípio, não teriam sido feitas exatamente por essa
1572 confrontação, mas isso não só com relação às comunidades tradicionais, mas também aos imóveis
1573 rurais privados, porque também existem sobreposições, inclusive no Vale do Ribeira, salvo engano,
1574 é a região do estado que mais tem sobreposição entre os cadastro de imóveis rurais, sem contar as
1575 comunidades tradicionais. Então, como a Secretaria tem lidado com essa questão, como resolver esse
1576 problema da sobreposição, que não é só uma questão de dominialidade, a dominialidade está presente,
1577 mas das questões propriamente ambientais que estão colocadas nessas sobreposições, o que cada um
1578 indica sobre aquela determinada área, e como a Secretaria resolve essas questões. Outra questão
1579 também, nós fizemos há pouco um pedido de acesso à informação com relação, justamente, às
1580 sobreposições dos imóveis rurais nos cadastros de povos e comunidades tradicionais. E tem esse

1581 debate sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, a gente conversou também sobre isso, e esse pedido
1582 de acesso à informação foi feito para a Secretaria, a Secretaria, direcionou o Itesp, e no nosso modo
1583 de ver, o fato da Lei Geral de Proteção de Dados dispor lá sobre as questões dos dados que precisam
1584 ser protegidos, não se sobrepõem a lei de acesso à informação, muito menos direitos que as
1585 comunidades quilombolas têm, de saber quem é o ator privado que inscreveu porque o cadastro, a
1586 inscrição é livre, pelo sistema, um cadastro de imóvel rural dentro de um território tradicional, isso
1587 tem uma conexão não só com as lutas históricas, as comunidades tradicionais, pela titulação do seu
1588 território, mas com os conflitos que existem e estão latentes lá. Um exemplo aqui do território do
1589 Ivaporunduva, que o Rodrigo é de lá, é um território titulado, tem um cadastro de um terceiro lá, mas
1590 sabem, possivelmente, de quem é esse cadastro, porque conhecem as pessoas de lá. Mas tem
1591 comunidades como Abobral, à margem esquerda, que tem 63 cadastros de imóveis rurais sobrepostos
1592 e é muito difícil identificar, e para a comunidade tomar uma iniciativa, por exemplo, inclusive judicial
1593 com relação a esses cadastros sobrepostos, se for o caso, é necessário saber quem é aquela pessoa,
1594 porque você não consegue litigar contra alguém que você não tem informação de como fazer, o que
1595 se trata, quem está ali dentro, então essa informação é substancial, então eu sei que isso vai ser
1596 respondido pelo pedido da lei de acesso à informação, mas como a Secretaria tem lidado com essa
1597 questão? Uma outra questão também diz respeito ao apoio às comunidades tradicionais na elaboração
1598 desses cadastro, em que pese estejamos discutindo essa questão de como vai ser a regulamentação
1599 do CAR, e essa bola está conosco para fazer a proposta de minuta de regulamentação, a Isabel que
1600 nos vê aqui, nos acompanha, também tem acompanhado esse tema, como é que a Secretaria, que hoje
1601 é o pé do Itesp, tem orientado o Itesp na assessoria das comunidades dos cadastros, porque foram
1602 feitos vários cadastros, alguns cadastros só com o perímetro, em função dessa questão da
1603 regulamentação, e outros já com informações internas. Mas no estudo que a gente fez e teve
1604 oportunidade de debater, já em outras oportunidades, a gente identificou problemas, por exemplo,
1605 que comunidades tradicionais na região do Vale do Ribeira, que tiveram seus cadastros inscritos, não
1606 tiveram um apoio para inscrição, por exemplo, das áreas de uso consolidada em APP. Então, assim,
1607 como que a Secretaria tem visto a possibilidade de incrementar as ações de apoio às comunidades
1608 tradicionais do Vale do Ribeira para a questão do cadastro ambiental rural e para outras, que são da
1609 competência própria do Itesp, como o apoio às comunidades nos processos de licenciamento
1610 ambiental e tal, mas aqui especificamente ao Cadastro Ambiental Rural. E, por último, são vários
1611 temas, e a gente pode discutir isso na sequência, inclusive no GT, a senhora falou que são 270 cadastro
1612 de povos e comunidades tradicionais, se eu não peguei aqui a informação, se existe a informação, de
1613 quantos desses cadastros correspondem a quais segmentos de comunidades tradicionais, no estado de
1614 São Paulo, salvo engano, pelo mesmo no Vale do Ribeira, são quilombolas, indígenas, caiçaras e
1615 comunidades caboclas a que se referem, e o status dessas análises, desses cadastros, que eu acredito
1616 que ainda estejam aguardando análise em função da ausência de regulamentação do tema que deve
1617 sair, mas também essa informação, para nós, é importante. Eu disse que era por último, mas não é,
1618 tem a questão do Painel Verde também, que nós discutimos algumas informações, a senhora
1619 apresentou aqui um dashboard que deve sair sobre essas informações, mas a integração com o Painel
1620 Verde é importante, porque ali é onde tem informação, olha, tem tantos hectares em recuperação, tem
1621 outros hectares que são de compensação, e a informação dessa questão do Cadastro Ambiental Rural
1622 é fundamental. Eu vivo, trabalho ali no Vale do Ribeira, sei que as margens do Rio Ribeira do Iguape
1623 são preenchidas em grande escala e com muita exceção de termos de Unidades de Conservação dos
1624 territórios tradicionais por bananais, a gente costuma dizer ali que se o bananeiro pudesse plantar

1625 dentro do Rio, o pé de banana, ele plantaria. As bananas estão praticamente dentro do Rio, e eu
1626 gostaria muito de ver, nesse prazo da recuperação ambiental, é 20 anos, eu entendo que ele deveria
1627 recuperar desde 2012, mas o entendimento da Secretaria é outro, é partir da validação, como é que a
1628 Secretaria tem visto a recuperação dessas áreas? Como é que tem sido feita análise dessas específicas
1629 margens ali do Ribeira e outros estado de São Paulo, que estão preenchidos com essas monoculturas
1630 na região? Obrigado.

1631

1632 **02:58:36 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro.

1633

1634 **02:58:38 Cristina Murgel:** Posso? Por que ele falou tanto. Eu já tenho uma certa idade, aí vamos
1635 com calma. Vamos lá, Prioste. Primeiro eu vou começar pela solicitação que você fez. Eu tive de
1636 férias 15 dias, voltei, já recebi do Itesp ontem, veio pelo SIC, se você não recebeu hoje, você vai
1637 receber isso amanhã, porque eu respondi para Andréia, Andréia que está no Itesp, como foi
1638 direcionado para o Itesp, a Andréia faz a resposta via SIC. Parte dos itens que você solicitou, isso não
1639 é a Cris, não é ninguém lá na Secretaria, isso é a orientação jurídica que a gente recebe, parte do que
1640 você solicitou, eu já abri o expediente, não sei, já mandei para a consultoria jurídica especifiquei os
1641 itens, que você está solicitando, para ver se há uma liberação da informação. Então gostaria de deixar
1642 bem claro para você qual é o problema. Sistema Cadastro Ambiental Rural é julgado pela Secretaria,
1643 pela nossa Procuradoria Geral do Estado, como um sistema que armazena dados sensíveis, inclusive
1644 declaração de bem, então toda orientação que temos é o seguinte, não é proibido pedir a informação
1645 nem é proibido que a gente disponibilize a informação, mas que isso precisa ter a manifestação da
1646 consultoria jurídica antes de tomar a decisão. E é isso que nós seguimos. Veio pelo SIC, já olhei, foi
1647 uma das primeiras coisas que vi no retorno das minhas férias. Então você pode ficar tranquilo que
1648 não está perdido não, tá? Está sendo encaminhado. Quanto ao que você coloca da reforma
1649 administrativa, Prioste, essas são decisões que não cabe a mim. Em 2019, eu nem era do governo, e
1650 obviamente, enquanto a gente, de poder público, o que a gente pode fazer é seguir a reforma que está
1651 colocada. Garanto a você uma coisa, todo o trabalho é feito em discussão com a SEMIL, nós temos
1652 uma agenda colocada pela secretária Natalia e secretário Antônio Júlio, que cobre todos os temas da
1653 sustentabilidade. Temos tido conversas no nível do gabinete sobre vários temas, sobre várias políticas
1654 e a regularização ambiental não é diferente. Ela está sim, sendo discutida pari a passo, não é porque
1655 está hospedado na Secretaria que o olhar da Secretaria do Meio Ambiente não tem que ser
1656 incorporado, e assim tem sido feito. O primeiro manual de recomposição foi exaustivamente
1657 discutido entre as duas pastas, há pontos que divergimos, outros tivemos consenso, mas convergimos
1658 no final para um melhor resultado, e é isso que nós temos feito. Então, quanto a esse aspecto, eu acho
1659 que não cabe nem uma discussão mais profunda. A questão da sobreposição, Prioste, é o seguinte: o
1660 sistema tem uma tolerância mínima de sobreposição e ele precisa ter porque existem ajustes de
1661 escalas que são feitos. Quando passa dessa coisa, ele bloqueia. E muito cadastro, que é particular,
1662 imóvel a imóvel, não que esteja dentro do território quilombola, quando deu a sobreposição, a
1663 sobreposição é tão grande que ele já é separado, ele retorna para análise da equipe ou vai uma
1664 notificação para que aquele cadastro comprove os limites que ele declarou. É isso que é feito. Então
1665 não estamos aprovando nada que esteja acima do limite de tolerância, e eu quero dar essa segurança.
1666 Nos critérios de elegibilidade, todos os imóveis particulares que estão dentro de território quilombola
1667 ficaram separados por uma avaliação de equipe. Certo? Agora isso não quer dizer que, eventualmente,
1668 um caso ou outro, tenha passado, e por isso eu usei a palavra auditorias constantes, temos feito. E

1669 uma questão que precisa ser internalizada, é que nós não falamos mais em cadastro aprovado, nós
1670 falamos em cadastro validado. Ele é validado naquele momento com aquela informação que está
1671 declarada. Se amanhã esse proprietário mudar ou se aparecer uma informação que ele não declarou,
1672 ou que nós não pegamos, ou que o sistema errou, isso automaticamente é revertido, essa condição,
1673 ele perde aquela conformidade e isso tem acontecido. Nós já tivemos casos em que percebemos que
1674 passou, passou um imóvel particular, volta essa condição. Então isso, nós temos promovido essas
1675 auditorias, e isso faz parte do nosso trabalho. Então essa segurança que eu quero dar. Por fim, você
1676 falou dos critérios de validação para os territórios quilombolas, que é o objeto do nosso termo, e como
1677 que a Secretaria tem orientado o Itesp, o Itesp passou a integrar a estrutura da Secretaria em janeiro
1678 desse ano, temos tido reuniões constantes, principalmente no núcleo que cuida lá da assistência. Eu
1679 pessoalmente pedi isso, já está pronto, já tive uma reunião com Andréia sobre isso. Um mapeamento
1680 de todos os processos que temos com esses territórios, para que eu entenda também a situação, esse
1681 processo, como que é feito esse reconhecimento, quais são as fases desse processo, para que a gente
1682 possa, inclusive, aportar sugestões nesse grupo técnico que está discutindo os critérios de validação
1683 desses cadastros e como é que nós vamos caminhar com essa questão. Então, o Itesp está integrado
1684 sim na nossa estrutura, e temos sim um trabalho conjunto, e a ideia, e a orientação dada pelo
1685 secretário, é que a gente aperfeiçoe toda essa sistemática, integrando cada vez mais as atividades da
1686 Secretaria, com o próprio Itesp. O mesmo está sendo feito quanto aos assentamentos, a gente já
1687 iniciou um trabalho, inclusive, de priorização de alguns cadastros de assentamento, que já estamos
1688 validando e verificando até para subsidiar essa questão da destinação dessas reservas legais que temos
1689 dentro desses assentamentos, como é que vai ser feito na hora da titulação desses lotes, como é que
1690 fica essa reserva legal, tudo isso são questões que estamos trabalhando.

1691
1692 **03:05:47 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Cris Murgel. Eu queria aproveitar só para fazer um
1693 esclarecimento, até um apontamento feito pelo conselheiro Fernando Prioste, sobre essas pautas que
1694 são expositivas, ao contrário daquelas que são deliberativas, que já vão ser concluídas naquela
1695 reunião, com uma deliberação e, obviamente vão precisar de uma preparação prévia, até mesmo para
1696 os conselheiros poderem opinar. Já essas pautas expositivas, elas não encerram uma discussão, mas
1697 muito pelo contrário, elas são abertas aqui no CONSEMA justamente para inaugurar o debate. Mas,
1698 de toda sorte... e outra, uma exposição, um PowerPoint, ela tem um caráter bem pessoal, muitas vezes
1699 há informações novas que são colocadas pelos conselheiros até no dia da apresentação, então, eu
1700 queria até colocar aqui esse esclarecimento e já emendar aqui uma proposta, de que para as próximas
1701 convocações para essas pautas expositivas, os proponentes já encaminharem para gente o material
1702 sugerido para consulta prévia dos conselheiros, que não vai ser, obviamente, o arquivo em
1703 PowerPoint, até porque, justamente por isso que eu expliquei, mas o material sugerido, sites, para um
1704 melhor aprimoramento prévio dos conselheiros. Isso é um comprometimento que nossa Secretaria
1705 Executiva faz e, obviamente, a gente vai pedir para todos os assuntos que forem pautados, a gente
1706 mandar esse material prévio, tudo bem? Então fica aqui o esclarecimento e essa sugestão. Então nós
1707 temos aqui inscritos agora, neste momento, o conselheiro Roberto Resende, Paulo do Rêgo e
1708 Veronica Sabatino. Por favor, conselheiro Roberto Resende.

1709
1710 **03:07:22 Roberto Resende:** Obrigado, acho que a gente continua no debate, acho que fazer aqui em
1711 dois momentos, acho que reforçar alguns pontos mais gerais que o Fernando já trouxe, lembrando
1712 que boa parte aqui dos conselheiros ano passado teve a discussão dentro da CTBio, e alguns pontos

1713 que ainda ficaram, avançaram, e outros que ainda estão remanescentes, que tem a ver com a estrutura,
1714 que a gente já expôs aqui, a crítica e a questão da Secretaria da Agricultura, mas como a Cristina
1715 falou, já é uma decisão de governo, está dada. Mas assim, de aperfeiçoamento especificamente, a
1716 questão da transparência, acho que é bom saber, assim, o Painel, quanto antes ele estiver disponível
1717 é interessante, porque o site do Sicar, da Secretaria de Agricultura, há muito tempo a gente clica no
1718 botão transparência, ele não abre, e é bom saber que está vindo um painel. E a questão da integração
1719 de sistemas, que o Fernando começou a abordar, lembrar que a Secretaria de Meio Ambiente precisou
1720 criar o SACI que é um mecanismo de vincular o que era o CAR aqui dentro do Sigam, então, eu não
1721 sei se tanto os representantes da Secretaria de Agricultura, quanto o da SEMIL puder falar a respeito,
1722 como é que está funcionando essa integração, o que pode ser feito, porque ele foi apenas um, é um
1723 complemento, é um remendo, é o que a gente entende que é o SACI na questão para ele ser
1724 considerado nos sistemas agora externos ao CAR. Mas eu queria, assim, como um problema
1725 específico da questão da integração do sistema, como está funcionando, trazer o caso aqui do mosaico
1726 do Jacupiranga. Lembrando que a figura do aceite que a gente ano passado discutiu bastante, que a
1727 Secretaria da Agricultura começou uma campanha, e que é interessante essa questão da revisita, como
1728 foi colocado e o termo talvez não certo, a verificação dos cadastros, mas tem uma ênfase na
1729 comunicação que talvez não seja a intenção da Secretaria, mas a gente vê que continua acontecendo
1730 desde o ano passado, que é meio que colocando um produtor, ó, aceita logo que se não você não vai
1731 ter crédito e tal. E o que foi colocado ano passado ainda vale. Essa semana a gente viu propaganda lá
1732 na feira, em Bebedouro, estava fazendo isso de novo. E essa campanha de mobilização pelo aceite,
1733 colocando assim, o seu cadastro está ok, segue em frente. Eu acho que é uma observação que a gente
1734 gostaria de colocar, que como que está funcionando essa questão da campanha do aceite, que não
1735 está citada nem nas normas nem no manual, e aqui ela não foi tratada exatamente nesse termo, mas
1736 a gente vê que na comunicação, que pode ser que às vezes a mídia reproduz numa forma incorreta,
1737 mas gera expectativa que está tudo bem, do ponto de vista de que já foi validado o cadastro, então
1738 pode seguir. Aí uma preocupação que a gente gostaria de compartilhar com a Secretaria,
1739 especialmente com a Fundação Florestal, a questão da discussão de fundiário dentro das unidades, a
1740 gente ficou preocupada numa reunião do conselho do Mojac, quando for o que a questão do CAR
1741 não estava sendo considerada como prioridade na discussão do plano de manejo, na análise fundiária,
1742 numa reunião que a gente participou há pouco tempo, lá no Vale do Ribeiro. A partir daí, foi feita
1743 uma avaliação pelo sistema federal, com os dados disponíveis, olhando na tabela de atributos do
1744 cadastro, a gente fez um relatório bem resumido que vai compartilhar aqui, é que ele realmente ficou
1745 complexo, vai ficar pronto, ser distribuído á tempo, mas a gente quer compartilhar ele hoje, e fazendo
1746 alguns pedidos de informação e sugestões aqui para os órgãos envolvidos. Chamo a atenção que no
1747 parque do Rio Turvo, que já é notório pela questão do problema fundiário, tem 56 mil hectares
1748 mandados para aceite dos proprietários, parque tem 73 mil hectares. Então, dá a impressão, que eu
1749 sei que não é correta, que 2/3 do parque, a Secretaria da Agricultura analisou e diz para o cidadão
1750 que pode seguir com seu cadastro dentro de um parque, é a impressão que dá. Considerando que a
1751 comunicação que se passa do aceite, uma, venha pegar seu crédito, você precisa seguir, está tudo
1752 bem, só que dentro da Unidade de Conservação, tenho áreas lá, por exemplo, na reserva APA dos
1753 quilombos, isso também é super expressivo, os dados estão aqui tabelados. Uma coisa, assim, que ter
1754 dois, três andares de cadastro, é do CAR, é auto declaratório e cabe ao sistema validar isso. Agora, a
1755 gente vê que a maior, praticamente 1/3, aliás, 47% dos registros feitos dentro do mosaico Jacupiranga,
1756 então, na situação de validada, aguardando o aceite do proprietário. A opção de cancelamento ou de

1757 aguardando análise é muito menor. Então, esses números preocuparam bastante. Acho que ainda há
1758 tempo, mas acho que a principal, se a recomendação, além das observações gerais que a gente faz em
1759 relação ao sistema do PRA, que está sendo conduzida pela Secretaria de Agricultura, mas aqui com
1760 a Fundação Florestal, a importância de integrar isso, isso gera muito problema. A gente viu há pouco
1761 tempo lá na reserva dos quilombos de Barra do Turvo, uma transação numa fazenda, lá tem 300
1762 hectares de pasto para ser comercializado agora, o pessoal está lá, criação de gado e houve uma
1763 transação comercial e em grande parte referenciada a ter um Cadastro Ambiental Rural, todo mundo
1764 sabe que é terra pública, mas o comércio de terras continua gerando um problema para todo mundo,
1765 e a longo prazo é problema para o erário. É uma área que já foi desapropriada, e o pessoal continua
1766 revendendo, utilizando, e sobrepondo comunidade de conservação de uso sustentável, que é a reserva
1767 dos quilômetros da Barra do Turvo. Então, os problemas ainda estão acontecendo. Eu acho que se a
1768 gente perder a oportunidade do sistema de cadastro ambiental rural coibir esse tipo de confusão, e
1769 não alimentar, dá muito problema estrutural na gestão desses territórios. A longo prazo vai aumentar
1770 custos para todos os envolvidos, para o estado, para os proprietários, para os moradores e para o
1771 trabalho dos gestores. Então, a preocupação que a gente traz é, no geral, a questão do PRA, e do
1772 específico vínculo com a questão das Unidades de Conservação. Obrigado.

1773
1774 **03:13:38 Anselmo Guimarães:** Obrigado, queria chamar o conselheiro Paulo Nelson do Rêgo, por
1775 favor, Paulo Nelson.

1776
1777 **03:13:50 Cristina Murgel:** Responder um algumas questões que o Roberto coloca, só para registrar
1778 aqui, antes do...?

1779
1780 **03:13:58 Anselmo Guimarães:** Eu iria propor a gente fazer uma rodada final depois, que tal? Agora
1781 o conselheiro já entrou aqui, obrigado, obrigado, viu Cris? Mais para a gente poder agrupar as
1782 respostas numa só. Conselheiro Paulo Nelson, por favor.

1783
1784 **03:14:11 Paulo do Rego:** Primeiramente eu queria fazer eco às manifestações do Fernando e do
1785 Roberto, que são preocupações que a gente vem discutindo no coletivo ambientalista, e que realmente
1786 são de extrema relevância. Eu vou fazer só uma pequena pontuação. Eu parablenizo a Cris pela
1787 brilhante apresentação e a capacidade de ser sucinta num tema tão relevante. Eu senti falta de qualquer
1788 menção à interação com o INCRA. E assim, a gente sabe que o Cadastro Rural não tem uma
1789 vinculação direta de reconhecimento de propriedade, mas assim, o INCRA tem tido uma série de de
1790 posturas, e as próprias delimitações dos georreferenciamentos, eu entendo que as propriedades que
1791 já tem o INCRA devidamente regulamentado, elas deveriam ter uma interação com o Cadastro Rural,
1792 porque evitaria, inclusive, muitas dessas sobreposições, porque pelo INCRA você não pode ter duas
1793 poligonais sobrepostas uma na outra. É realmente começar a disciplinar, a gente vê que existem,
1794 como é autodeclaratório, verdadeira aberrações nos cadastros de sobreposições. Uma outra questão
1795 que eu gostaria também de trazer, que eu senti um pouco a falta, é no sentido de que o litoral norte
1796 ele tem basicamente a maioria de seu território coberto pela Mata Atlântica. E os Cadastros Rurais
1797 visam, muitas vezes, as compensações ambientais e até as gerações dos denominados créditos
1798 ambientais decorrentes de excedente de áreas protegidas. E aí essas áreas que estão especificamente
1799 dentro dos parques estaduais, elas são de alta relevância para a regularização fundiária das unidades

1800 de conservação. Então, eu queria, talvez que a Cris pudesse me explicar um pouquinho a respeito
1801 desses dois pontos. Obrigado.

1802
1803 **03:16:45 Anselmo Guimarães:** Obrigado. E agora a última manifestação aqui da conselheira
1804 Veronica Sabatino.

1805
1806 **03:16:57 Veronica Sabatino:** Obrigada pela apresentação, um tema muito relevante. A minha
1807 questão é simples, em relação à nossa atuação de fiscalização ambiental, esse cadastro, essas
1808 informações são muito importantes no município. E até um tempo atrás, creio que até antes de ir para
1809 a Secretaria, se não me engano, a polícia ambiental, a Cetesb e houve algumas oportunidades em que
1810 o município conseguia integrar alguns dados, não sei quais não todos, mas o que nós temos interesse,
1811 a delimitação geográfica e o nome do proprietário para que essas informações sejam usadas para
1812 fiscalização. Então, o meu pedido é, mesmo que não seja neste momento, porque eu sei que tanto a
1813 Cetesb quanto a polícia ambiental não estão tendo sucesso de acesso nessas informações, é quando e
1814 como a gente pode trabalhar para que essas informações, úteis para fiscalização, sejam possíveis de
1815 serem utilizadas e qual será esse caminho? Obrigada.

1816
1817 **03:18:00 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Cris, eu tinha prometido de você falar agora. Eu acho que
1818 a palavra é sua, só registrando que, na sequência, o doutor Gabriel Lino, representando o Ministério
1819 Público, pediu também a palavra. Então, vamos quebrar esse bloco. Você fala, tá bom? Na sequência
1820 a gente retoma com o conselheiro.

1821
1822 **03:18:16 Cristina Murgel:** Roberto, primeiro, eu queria deixar bem registrado aqui que, desde o
1823 início, a SEMIL e a Cetesb têm acesso direto a todas as informações, a todas essas bases. Se não me
1824 engano, são mais usuários Cetesb e SEMIL do que Secretaria da Agricultura, então, isso foi desde o
1825 primeiro momento. Os problemas que tivemos inicialmente, com integração de sistema, casos
1826 pontuais que não chegaram, questões de lançamento no SAR e tal foram, ao longo do tempo, sendo
1827 superados. Hoje eu acho que o nosso maior desafio na integração SEMIL e Secretaria da Agricultura
1828 é entender procedimentos administrativos, principalmente em relação à Cetesb, no sentido de que
1829 você tem muitos imóveis rurais que foram declarados como rurais lá atrás, em 2013, e chegam em
1830 2023 dentro de áreas urbanas. Isso não está sendo poucos casos. Nós temos alguns casos nesse sentido
1831 e temos então trabalhado junto, a Cetesb, no entendimento dessa questão. Então gostaria de colocar
1832 isso em termos dessa integração. Quanto aos pontos que você coloca, Roberto, no sentido de você ter
1833 a questão são do parque Jacupiranga, eu já tinha falado na reunião passada, de você nos mostrar
1834 rapidamente esse relatório, lembrando o seguinte, nem todas as unidades estão geo referenciadas a
1835 ponto da gente ter limites bem definidos, para ver o que está acontecendo. No primeiro critério de
1836 elegibilidade, foi considerado aquilo que é de domínio público, as unidades de domínio público,
1837 então, e aí foi a própria SEMIL aqui que fez a marcação disso no sistema antigo para que a gente
1838 pudesse, nesse processamento, não rodar. Eventualmente, pode ter passado. Agora o mais importante
1839 da sua fala, e aí eu não podia deixar passar, a Secretaria não está fazendo propaganda que está tudo
1840 bem, vai lá dar o aceite. A palavra aceite vem do sistema federal, a comunicação que ele recebe ao
1841 ver lá na sua central do proprietário, o seu cadastro, está lá atender, deu o aceite, isso está no manual
1842 do sistema, e isso ficou. Ao longo do tempo, a gente, nós mesmos percebemos. Eu lembro que o
1843 secretário Itamar, o secretário Chiquinho, eu corria atrás deles para explicar o que vem a ser esse

1844 aceite. O aceite não é que está tudo bem, pelo contrário, os números estão mostrando. 80% é porque
1845 recebeu pendência, ele está retificando, a declaração que ele fez já não é mais aquela. Então, ao longo
1846 do tempo, a gente vem modificando essa comunicação. Às vezes ela é difícil, lembrando que a gente
1847 não se comunica só com grandes proprietários, nem com consultores e advogados. Muitas vezes a
1848 gente se comunica com o pequeno produtor para que ele entenda o que ele tem que fazer, às vezes
1849 você usa uma linguagem um pouco mais simplificada, mas nós não estamos fazendo isso, de maneira
1850 alguma poderíamos fazer isso. Os plantões que estamos fazendo em eventos, em municípios, são
1851 plantões de atendimento, inclusive eu tinha posto aqui na apresentação, mas achei que era excessivo,
1852 nós temos os extratos desses atendimentos, quantos aceitaram, quantos rejeitaram, quantos
1853 retificaram, quantos só foram lá para pegar uma orientação. Então isso tudo a gente tem mapeado. E
1854 quanto ao parque Jacupiranga, o mosaico Jacupiranga, é importante que você nos traga esse relatório
1855 para que a gente verifique exatamente de que área você está falando e se realmente passou alguma
1856 coisa indevida, isso realmente, e se é possível a gente reverter essa condição, então acho que quanto
1857 a isso eu acho que seja seguro quanto a isso. Quanto ao Paulo Rêgo, na questão do Incra, eu sempre
1858 preciso lembrar o seguinte, o CAR não é a regularização fundiária, existe um problema muito grande
1859 de integração de bases, e não é só com a base do Incra, nós estamos também hoje enfrentando na
1860 Secretaria a integração com as nossas próprias bases. O que é propriedade rural, o que que é CAR, o
1861 que é uma unidade de produção, que é o censo agropecuário do estado, que é o Lupa, não é o mesmo
1862 recorte que o imóvel rural que está no CAR. Então, todas essas bases precisam conversar sim, esse é
1863 um desafio do governo federal, esse é um desafio nosso. Então, assim, como que lidamos com esses
1864 conflitos? Comunicando as partes, pedindo a documentação, mas naquilo que nos cabe. Nós não
1865 podemos entender que o Cadastro Ambiental Rural vai equacionar as questões fundiárias, ele não é
1866 um atestado fundiário. Então, agora ele não pode ser validado. Agora, uma questão que é importante
1867 nesse processo todo, e aí eu volto na fala do Roberto é o seguinte, essas transações comerciais, essas
1868 movimentações, sempre existiram. Existem, só que nós estávamos vivendo, até pouco tempo, que
1869 bastava ter a inscrição do CAR, e tudo bem. O sinal verde para ele estava dado. Hoje nós estamos
1870 sentados com a corregedoria geral dos cartórios para casar o procedimento do cartório com o
1871 demonstrativo do CAR e com as validações que estão sendo feitas. Tivemos uma reunião essa semana
1872 com os representantes do Ministério Público também sinalizando nesse sentido, casar os
1873 procedimentos é que torna importante, e como essa validação entra em cada um desses
1874 procedimentos. Então esse é o desafio que a gente tem, então, respondendo aí ao Paulo Rego. E a
1875 Veronica, nós temos sim recebido muitas demandas de prefeituras, inclusive, recentemente
1876 recebemos a de Campinas, e levamos a nossa consultoria jurídica. Nesse primeiro momento, nós não
1877 ingressamos os municípios até por uma questão de operacionalização desse sistema, quer dizer, esse
1878 salto que tivemos em um ano de usuários, não é trivial para uma Secretaria como a nossa. E aí eu
1879 volto na fala do Prioste, não é uma questão de competência, é uma questão de formação de cultura
1880 dentro da pasta, como que vamos lidar com esse sistema? Como que vamos estabelecer
1881 procedimentos? Tudo isso leva um tempo, e então os municípios não entraram. Como nós temos
1882 lidado com isso? Toda vez que o município precisa desse dado para um caso concreto, ele nos pede,
1883 é emitido imediatamente a consultoria jurídica e ela libera. Pode ser comigo mesmo, no e-mail pra
1884 mim, eu abro expediente, faço pelo SEI, se o município usar o SEI. Ele pode mandar pelo SEI. E
1885 casos concretos estão sendo liberados, tá? É no sentido do que pode ser liberado dentro da lei, tá
1886 bom?

1887
1888 **03:25:59 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Agora também tinha se inscrito o doutor Gabriel Lino de
1889 Paula Pires, conselheiro representante do Ministério Público.

1890
1891 **03:26:10 Gabriel Lino de Paula Pires:** Obrigado. Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Eu queria
1892 pontuar, fazer algumas rápidas considerações, sobre a posição do Ministério Público no
1893 acompanhamento dessa implementação do CAR. Primeiro quero parabenizar a Cris Murgel pela
1894 brilhante apresentação, e dizer que, de fato, nós temos reconhecido um esforço da Secretaria de
1895 Agricultura na implementação disso, mas isso não elimina uma série de discordâncias que o
1896 Ministério Público tem e vem nos preocupando ao longo dos últimos anos e meses. A própria
1897 perspectiva da Secretaria de Agricultura, evidentemente, um tanto distinta daquela que norteia a
1898 Secretaria de Meio Ambiente, talvez leve a esses pontos de discordância. Acho importante registrar
1899 aqui que vários desses pontos foram veiculados numa ação civil pública que ainda está pendente de
1900 julgamento na Comarca da capital, deixo aqui até o número do processo aqui no chat, dado o caráter
1901 público desse processo, mas exemplifico questões como por exemplo, os sistemas, tal como
1902 construídos, os atos normativos infralegais, editados aqui no estado, em nenhum momento
1903 consideram, por exemplo, a exigência de equivalência ou identidade ecológica para compensação
1904 ambiental. Outro exemplo, desconsiderou-se, de modo ilegal, porque a lei estadual prevê isso e os
1905 atos infralegais desconsiderará o marco de 1934, o chamado primeiro Código Florestal. Isso leva a
1906 uma ampliação muito grande das áreas em que a anistia da obrigação de reserva legal, com base no
1907 artigo 68. Outro ponto de discordância, inverteu-se o ônus da prova, de modo que o proprietário não
1908 precisa ele levar efetivamente prova de que a área já estava desmatada, quando a lei assim permitia,
1909 e o estado automatizou esse processo, o que de algum modo dispensa ele desse ônus, algo que estava
1910 atribuído a ele pela lei federal. Então são vários pontos de discordância e, de novo, o Ministério
1911 Público, sempre no intuito de recomendar aperfeiçoamento e melhorias nesses sistemas, nesses atos,
1912 para que, de fato, isso implemente, em nenhum momento o intuito do Ministério Público é retardar
1913 ainda mais esse processo que há tanto tempo se prolonga, e me parece, no estado de São Paulo, já é
1914 demasiadamente demorando esse processo. Então eu acho que, dada a relevância dessa sede do
1915 Conan, do CONSEMA, da representatividade de tantos setores da sociedade que estão aqui, era
1916 importante simplesmente registrar que há de fato, pontos de discordância, alguns deles, ou a maioria
1917 deles, estão expostos nesta ação civil pública, cujo número está no chat. E qualquer outro
1918 esclarecimento também, o Ministério Público, segue à disposição. Obrigado.

1919
1920 **03:29:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. O número está aqui no chat, a gente
1921 vai encaminhar também depois para todos os conselheiros, aqueles que estão aqui na sala, que não
1922 estão acessando exatamente o chat. Por favor, conselheira Cris Murgel.

1923
1924 **03:29:45 Cristina Murgel:** Agradecer aqui a oportunidade e a última fala do doutor Gabriel Lino.
1925 Doutor Gabriel, a gente tem ciência disso. A gente tem, obviamente, por força da legislação, seguir
1926 aquilo que está posto. Obviamente, a gente sempre costuma dizer, a gente trabalha sobre aquilo que
1927 é possível e o que está posto. Em relação às bases, nós temos uma segurança pela oficialidade dela,
1928 registrar aqui, e aí eu não podia deixar de comentar, nós não ignoramos o marco de 34, apenas ele
1929 não sobe porque o primeiro mapa de vegetação, uso e ocupação do estado de São Paulo se deu em
1930 1965, com sobrevoos de 62, elas são as cartas IBGE, isso é reconhecido por todos, então foi por isso

1931 que a regulamentação seguiu nessa linha. E, obviamente, o diálogo constante com o Ministério
1932 Público é de suma importância. Eu trouxe aqui até para registro e pensando na presença do doutor
1933 Gabriel Lino hoje a questão das demandas que temos mapeadas, esse é um compromisso nosso de
1934 estarmos melhorando esse atendimento ao Ministério Público com as nossas regionais, e mais uma
1935 vez, eu agradeço e fico à disposição. E quantas vezes for necessário, a gente volta para relatar o que
1936 estamos fazendo e estamos abertos a todos, no sentido de não precisa ser necessariamente nesse
1937 plenário, a gente conversar sobre pauta específica dentro dessa matéria. Muito obrigada,
1938

1939 **03:31:29 Anselmo Guimarães:** MUITÍSSIMO obrigado, Cristina Murgel, pela exposição. Muito
1940 obrigado aos conselheiros que trouxeram informações bem relevantes aqui a esse plenário, muito
1941 obrigado. Eu gostaria de propor aqui uma sugestão do conselheiro Alexandre Perinotto, já consultei
1942 aqui também a presidência sobre o item 3 da Ordem do Dia. Se não houver prejuízo, de se fazer o
1943 adiamento dele, até porque faltam 24 minutos para encerrar o plenário. A presidência aqui está de
1944 acordo, submeto a solicitação aos conselheiros da gente fazer esse adiamento, se não houver
1945 problemas, a gente fazê-lo.
1946

1947 **03:32:03 Jonatas Souza da Trindade:** Eu estou à disposição, pessoal. Se vocês quiserem, eu
1948 apresento, só tem um limite, um deadline, uma reunião às 14 horas, mas a ficar até às 14, para mim
1949 não é problema, mas aí fica aberto a decisão de todos, do que é melhor. E a apresentação a gente já
1950 pode encaminhar agora, já está pronta, a gente já encaminha, e aí, na próxima reunião, a gente
1951 apresenta. Se eu modificar alguma coisa, eu tento encaminhar antes. O problema é tempo para poder
1952 fazer a apresentação, dá trabalho, pessoal.
1953

1954 **03:32:33 Anselmo Guimarães:** Tudo bem? O que preferem? Aí a gente explora melhor. Conselheiro
1955 Ogawa vai falar.
1956

1957 **03:32:45 Gilmar Ogawa:** Isso aqui é um tema relevante, importante, de alto interesse ao produtor
1958 rural. Então, eu sou da opinião que a gente deve deixar esse ponto de pauta para a próxima reunião,
1959 de tal forma que você tenha o tempo suficiente para fazer a exposição e nós, como conselheiros,
1960 temos também tempo suficiente para fazer as nossas observações.
1961

1962 **03:33:12 Anselmo Guimarães:** Perfeito, eu a tenho opinião aqui do doutor Gabriel Lino, Gilda
1963 Nunes, Lucas Garcia, de acordo, Maria Isabel. Então, dessa forma, conselheiro Prioste.
1964

1965 **03:33:22 Fernando Prioste:** Também de acordo e, conforme a sua sugestão, Anselmo, talvez, e aí
1966 para análise, subsecretário, se a gente pudesse submeter à Comissão Normativa Processante, a
1967 possibilidade de analisar a extensão do horário, essa questão da dinâmica da reunião, porque, de fato,
1968 são temas densos, merecem um aprofundamento. Eu poderia também ficar aqui até às 2 horas, mas o
1969 objetivo nosso é ter uma discussão de qualidade, e com fome ninguém conversa. Eu fico com
1970 dificuldade, não é? Eu acho que vale a pena a gente analisar com calma essa questão da possibilidade
1971 de voltar à tarde, depois de comer, alguma coisa assim, para ter uma dinâmica que a gente possa se
1972 manifestar, ter as duas rodadas, enfim.
1973

1974 **03:33:58 Jonatas Souza da Trindade:** Se puder, pode trazer uma proposta de alteração, a gente
1975 avalia. E outra coisa, a apresentação vai ficar disponível mesmo, e a gente coloca como primeira
1976 pauta da próxima reunião, porque [a gente consegue ter mais tempo para discutir. E o que evoluir,
1977 nos próximos dias, até o mês de agosto, a gente também inclui na apresentação, tenta encaminhar
1978 antes, porque é um processo em construção, já tem muita coisa discutida, muita coisa sendo
1979 trabalhada pela equipe técnica, mas pode ser que surja alguma coisa nova, eu incluo na apresentação.
1980 Tem um arranjo que é híbrido, vocês vão entender quando eu fizer apresentação. Na verdade, quando
1981 vocês virem a apresentação, vão entender um pouquinho mais das estratégias.

1982
1983 **03:34:37 Beloyanis Monteiro:** Eu vou reforçar a fala dos meus amigos aqui, mas eu acho que numa
1984 próxima reunião, a gente tentar enxugar um pouco a pauta para dar tempo, porque é muita coisa
1985 acontecendo, e não dá para digerir rapidamente. E essa proposta de enviar antes, eu acho que ela é
1986 fundamental para a gente ter ciência e poder interferir melhor. Eu acho que na próxima reunião deve
1987 dar uma prioridade para esse tema e um tempo maior e diminuir outros assuntos para a gente ter uma
1988 capacidade de debate maior. Obrigado.

1989
1990 **03:35:12 Jonatas Souza da Trindade:** Combinado. Mais alguém gostaria de se manifestar em
1991 relação à alteração? Proposta? Então, agradecer a participação de cada um, a paciência. Colocar a
1992 Secretaria sempre à disposição de vocês, seja aqui no momento da reunião, seja nos outros momentos.
1993 Desejar um final de semana bom para todo mundo, agradecer a participação mesmo, é muito
1994 importante para a gente, até para poder internalizar tudo o que tem sido falado aqui, no que a gente
1995 tem desenvolvido enquanto política pública. Acho que todos que participam têm contribuído, e a
1996 equipe técnica tem acompanhado essas reuniões do CONSEMA, isso faz com que a gente realmente
1997 tenha uma reflexão acerca do que tem sido posto, e colocando a Secretaria à disposição na construção
1998 da política pública, que é tão importante para a gente, pelo menos o desafio é muito grande e um
1999 desafio que é que é bom para todos. Eu pelo menos gosto muito de desafio, de tratar da pauta
2000 ambiental e social, que tem a ver com nossa agenda aqui. Então, agradecer a participação, a
2001 apresentação da Cris, nessa construção também que a gente tem feito com a agricultura e até mais.

2002
2003 **03:36:29 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado a todos até o mês que vem.